

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Bacharelado em Relações Internacionais

PEDRO BANDEIRA DOS SANTOS

A INFLUÊNCIA DE MACAU NAS RELAÇÕES CHINA-ANGOLA

Porto Alegre

2022

PEDRO BANDEIRA DOS SANTOS

A INFLUÊNCIA DE MACAU NAS RELAÇÕES CHINA-ANGOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik

Porto Alegre

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Bandeira, Pedro
A Influência de Macau nas Relações China-Angola /
Pedro Bandeira. -- 2022.
77 f.
Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Macau. 2. China. 3. Angola. I. Aurélio Chaves
Cepik, Marco, orient. II. Título.

PEDRO BANDEIRA DOS SANTOS

A INFLUÊNCIA DE MACAU NAS RELAÇÕES CHINA-ANGOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik

Aprovado em:Porto Alegre, 3 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik - Orientador
UFRGS

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira
UFRGS

Prof. Dr. Diego Pautasso
UFRGS

Aos meus pais, Cláudia e Leandro, que dedicaram os últimos
24 anos para que este momento se tornasse possível.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Estado brasileiro por me possibilitar o acesso a um ensino superior público, gratuito e de qualidade. Da mesma forma, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pelos cinco memoráveis anos de ensino, pesquisa, extensão e de tantas outras experiências e oportunidades que uma instituição com tamanha história e importância foi capaz de me proporcionar.

Ao corpo docente do curso de Relações Internacionais pela contribuição pessoal e profissional durante a minha trajetória acadêmica. Ao professor Marco Cepik pelo aceite em orientar este trabalho e pelo amparo crítico e atencioso ao longo de todo o processo de escrita. À professora Sonia Ranincheski por me acolher, apoiar e proteger desde as primeiras semanas de aula. Obrigado por ter me ensinado a apreciar o que a vida tem de mais belo. Na figura dela, estendo meus agradecimentos ao CESPRI, ao professor Henrique Castro e à Marielli, por terem proporcionado um ambiente de afeto e altruísmo que tornou a minha vivência acadêmica tão mais especial.

Agradeço ao professor e amigo Diego Scherer, por acreditar em mim durante todo o período do ensino médio e me mostrar que estudar na UFRGS era possível. À futura médica e amiga Patrícia, por ter compartilhado comigo as angústias e incertezas do vestibular. Aos meus grandes parceiros Artur, Leonardo, Lucas e Meneghetti por estarem ao meu lado durante todos os dias destes cinco anos de graduação. À Maria, por ter sido minha grande amiga em Porto Alegre, em Pequim e onde quer que estejamos. À Rafaela, pela forte amizade construída em plena pandemia e por todo o apoio durante a escrita deste trabalho. E às tantas outras amigas que fiz ao longo do curso, com quem compartilhei momentos especiais e que se tornaram imprescindíveis na minha vida.

Por fim, agradeço à minha família. Aos meus avós, dindos e ao meu primo pelo apoio ao longo deste ciclo que se encerra. Ao meu avô, Jacy, que celebra esta conquista em algum lugar do cosmos. E aos meus pais, Cláudia e Leandro, por terem tornado este sonho possível e por serem as minhas inspirações diárias.

*Deus, por que a vida é tão amarga
Na terra que é casa da cana de açúcar?*

(Emicida)

RESUMO

O trabalho busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: Qual o impacto da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) nas relações entre a República Popular da China e a República de Angola no período que se estende de 2003 a 2019? Como hipóteses de pesquisa, têm-se que (i) a criação do Fórum Macau em 2003 – uma iniciativa da China com os Países de Língua Portuguesa – serviu como plataforma para o estreitamento dos laços diplomáticos sino-angolanos; e (ii) o governo chinês define as diretrizes dos Planos de Ação estabelecidos nas Reuniões Ministeriais do Fórum, atribuindo maior enfoque aos setores estratégicos de cooperação com Angola. O objetivo geral é analisar o impacto político e econômico da RAEM na consolidação das relações bilaterais entre China e Angola. A fim de atingir este objetivo, realizou-se uma análise qualitativa da bibliografia especializada no tema, utilizando-se tanto fontes primárias e secundárias quanto a análise de documentos e discursos oficiais. Com base nisso, o trabalho se divide em três capítulos. O primeiro apresenta o panorama geral das relações da China com o continente africano durante o século XX e o processo de transferência de soberania de Macau, de colônia portuguesa para Região Administrativa Especial chinesa. O segundo capítulo traz uma análise institucional do Fórum Macau e o papel político que a instituição desempenha nas relações chinesas com os países africanos lusófonos. O terceiro, por fim, traz um estudo sobre a parceria estratégica entre China e Angola e o impacto de Macau no desenvolvimento desta relação. Como conclusão, tem-se que a criação do Fórum Macau elevou o grau de importância que Angola atribui a RAEM, e essa proximidade angolana com Macau atende a objetivos políticos e econômicos dos três atores envolvidos – Angola, China e Macau –, possibilitando um jogo de soma positiva no qual o Fórum Macau atua como mecanismo de cooperação trilateral.

Palavras-chave: China, Angola, Macau, Fórum Macau, Cooperação Sul-Sul

ABSTRACT/RESUMEN/RÉSUMÉ

This paper aims to answer the following research question: What is the impact of the Macao Special Administrative Region (Macao SAR) on bilateral relations between the People's Republic of China and the Republic of Angola in the period from 2003 to 2019? As a research hypothesis, we have that (i) the creation of Forum Macao in 2003 – a China initiative with Portuguese-speaking Countries – served as a platform for the strengthening of Sino-Angolan diplomatic ties; and (ii) the Chinese government defines the guidelines for the Action Plans established at the Forum's Ministerial Meetings, giving greater focus to the strategic sectors of cooperation with Angola. The objective is to analyze the political and economic impact of the Macao SAR on the consolidation of bilateral relations between China and Angola. In order to achieve this objective, a qualitative analysis of the specialized bibliography on the subject was carried out, using both primary and secondary sources as well as the analysis of documents and official discourses. Based on this, the work is divided into three chapters. The first presents an overview of China's relations with the African continent during the 20th century and the process of transferring Macao's sovereignty from a Portuguese colony to a Chinese Special Administrative Region. The second chapter brings an institutional analysis of Forum Macao and the political role that the institution plays in Chinese relations with Portuguese-speaking African countries. Finally, the third presents a study on the strategic partnership between China and Angola, and the impact of Macao on the development of this relationship. The conclusion reached is that the creation of the Forum Macao has raised the level of importance that Angola attributes to the Macao SAR, and this Angolan proximity to Macao meets the political and economic objectives of the three actors involved - Angola, China and Macao -, enabling a positive-sum game in which Forum Macao acts as a trilateral cooperation mechanism.

Keywords: China, Angola, Macao, Forum Macao, South-South Cooperation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Ferrovia Transcontinental de Tanzam e Benguela	22
Figura 2: Mapa da Província de Guangdong e do Delta do Rio das Pérolas.....	23
Figura 3: Estrutura do Secretariado Permanente do Fórum Macau	32
Figura 4: Países africanos no <i>Asian Infrastructure Investment Bank</i> (AIIB) e na BRI	42
Gráfico 1: Comércio bilateral entre China e Angola (em bilhões de dólares)	46
Figura 5: Fluxograma do modelo de investimento chinês em Angola	49
Gráfico 2: Crescimento do PIB de Angola (2000-2018)	53
Gráfico 3: Dívida externa angolana (em milhões de dólares)	53
Gráfico 4: Importações de Macau dos Países de Língua Portuguesa	57
Gráfico 5: Fluxo de Turistas em Macau e Hong Kong (1992-2022)	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: O orçamento ao Fórum de Macau da RAEM em patacas (MOP)	34
Tabela 2: Resumo das Conferências Ministeriais	36
Tabela 3: Comércio bilateral entre Macau e Angola	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADBC	Banco de Desenvolvimento Agrícola da China (sigla em inglês)
AIIB	<i>Asian Infrastructure Investment Bank</i>
BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>
CDB	Banco de Desenvolvimento da China (sigla em inglês)
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EXIMBANK	Banco de Exportação e Importação da China (sigla em inglês)
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África (sigla em inglês)
ICBC	Banco Industrial e Comercial da China
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
MOFCOM	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Comerciais da China
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i>
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCC	Partido Comunista Chinês
PLP	Países de Língua Portuguesa
RAE	Região Administrativa Especial
RAEM	Região Administrativa Especial de Macau
RPC	República Popular da China
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USMCA	<i>United States-Mexico-Canada Agreement</i>
ZEEs	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	15
2.1 A PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA NO SÉCULO XX.....	16
2.2 O PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DA SOBERANIA DE MACAU À CHINA.....	22
3 O FÓRUM MACAU.....	28
3.1 ANÁLISE INSTITUCIONAL DO FÓRUM MACAU	30
3.2 O PAPEL POLÍTICO DO FÓRUM NAS RELAÇÕES CHINA-PALOP.....	37
4 RELAÇÕES CHINA-ANGOLA	44
4.1 A PARCERIA ESTRATÉGICA SINO-ANGOLANA.....	46
4.2 O IMPACTO DE MACAU NAS RELAÇÕES CHINA-ANGOLA.....	55
5 CONCLUSÃO.....	63
6 REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar o impacto da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) nas relações entre China e Angola. Com base na pergunta de pesquisa, foram indicadas duas hipóteses: a primeira hipótese é que a criação do Fórum Macau em 2003 – uma iniciativa da China com os Países de Língua Portuguesa (PLP) – serviu como plataforma para o estreitamento dos laços diplomáticos sino-angolanos. A segunda hipótese é que, apesar de a economia macauense ser pouco expressiva no âmbito das trocas comerciais com os PLP, o legado colonial comum entre Macau e os países-membros do Fórum foi utilizado pelo governo chinês como ferramenta de *soft power* para sustentar a criação de um novo espaço de diálogo multilateral, no qual a China desempenha o papel de liderança. Assim, dada a sua capacidade financeira e comercial, o país consegue definir os rumos dos Planos de Ação estabelecidos nas Conferências Ministeriais do Fórum, dando maior enfoque aos setores estratégicos de cooperação com Angola.

A escolha do tema da monografia se justifica pelo aumento da importância atribuída a Macau na formulação de política externa chinesa para a África lusófona desde a criação do Fórum, inaugurando uma nova agenda de pesquisa na subárea de Cooperação Sul-Sul. A iniciativa de criação do Fórum e projetos transnacionais como a Belt and Road Initiative (BRI) ilustram que a África tende a desempenhar um papel cada vez mais importante para o governo chinês, especialmente no que tange às parcerias estratégicas no ramo de energia, infraestrutura e comunicações. Isto posto, compreender de que forma se deu a reaproximação com a República da Angola é de suma importância, dada a história recente das relações bilaterais sino-angolanas. Desde 2006, o país está entre os principais exportadores de petróleo bruto para a China (HARE, 2006), sendo que, em 2008, tornou-se o maior parceiro comercial chinês na África (PAUTASSO, 2009).

Diante deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o impacto político e econômico da RAEM na consolidação das relações bilaterais entre China e Angola. Como objetivos específicos, têm-se: (i) analisar a influência que a criação do Fórum Macau desempenhou no desenvolvimento das relações que Angola mantém com a China após o ano de 2003; (ii) verificar se as relações sino-angolanas resultam em ganhos econômicos concretos para Macau, como a celebração de acordos de cooperação com Angola; e (iii) compreender a formulação da política externa chinesa para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), sendo as relações China-Angola o estudo de caso escolhido.

Além dos objetivos principais do trabalho, a compreensão do papel de Macau nas relações entre China e Angola é importante como ponto de referência para entender outras iniciativas da China que possuem um grau de institucionalização semelhante ao do Fórum Macau, como o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). Nestes fóruns, a liderança chinesa é sobressalente em comparação a outras formas de diálogo multilateral, como a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e o grupo dos BRICS. O trabalho também possui relevância no que se refere à importância da estabilidade de Macau no planejamento estratégico da China, especialmente pelo papel que a RAEM desempenhará no plano de desenvolvimento da Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e a importância da presença chinesa na África Lusófona como forma de evitar o reconhecimento de Taiwan como um Estado soberano (MENDES, 2013).

Utilizar-se-á o método observacional de tipo qualitativo, por meio da análise de evidências documentais, dados agregados, discursos e literatura especializada. No que tange às fontes primárias, foram analisados os documentos legislativos da RAEM, com destaque para a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China (1993), além dos cinco Planos de Ação acordados nas Reuniões Ministeriais do Fórum Macau e os boletins semestrais e relatórios da instituição.

Os fluxos comerciais internacionais entre Angola e China foram verificados com base nos dados do *World Bank* e do *The Observatory of Economic Complexity*, e os empréstimos de infraestrutura fornecidos pelo *Eximbank of China* teve como base o trabalho de Gelpert *et al* (2021). Quanto às fontes secundárias, utilizou-se a literatura especializada nos seguintes temas: (i) as relações China-Angola; (ii) os interesses políticos da China no continente africano; (iii) o planejamento do governo chinês para Macau e seu desenvolvimento econômico; (iv) o papel do Fórum Macau como plataforma entre China e os PLP. Teve-se como foco principal o período contemplado entre os anos de 2003, que a marca a data de criação do Fórum, e 2019, ano que finaliza o triênio contemplado pelo 5º Plano de Ação do Fórum. Destacam-se, como fontes secundárias, os trabalhos de Mendes (2006, 2013a, 2013b), Edmonds (1993), Fernandes (1998, 1999, 2007) e Gaspar (2009) e Ramos (2017).

Com a finalidade de compreender o papel político da RAEM e do Fórum Macau, utiliza-se o conceito de *soft power* defendido por Yan Xuetong e Jia Lizheng. Para eles, o poder brando do Estado tem como base o seu poder político, e pode ser caracterizado como sendo a habilidade de operacionalizar recursos em prol das vantagens da nação (YAN, 2020). Esta abordagem reconhece, também, que o poderio militar e econômico, característicos do *hard power*, são condições prévias para o sucesso do *soft power*. Aplica-se também o conceito

de “jogos de dois níveis”, de Robert Putnam (2010), para discorrer sobre o papel que o Fórum Macau desempenha nos interesses do Partido Comunista Chinês (PCC) para o desenvolvimento tanto da economia regional do Delta do Rio das Pérolas quanto para o desenvolvimento das relações com o mundo lusófono.

A fim de cumprir os objetivos propostos, o trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda as relações da República Popular da China (RPC) com o continente africano no período pós-Guerra Civil chinesa, e o impacto que eventos como a Revolução Cultural e o embate ideológico com a União Soviética (URSS) tiveram nas relações sino-africanas. Além disso, trata-se da transferência de soberania de Macau, contemplando os acordos entre Portugal e China no período pós-Revolução dos Cravos e as características gerais do modelo “um país, dois sistemas”. O segundo capítulo traz uma análise do arranjo institucional do Fórum Macau, debruçando-se sobre as motivações para a sua criação, a estrutura organizacional e o conteúdo contemplado nos Planos de Ação acordados nas Conferências Ministeriais. A segunda seção do capítulo trata do papel político que o Fórum desempenha nas relações que a China mantém com os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), englobando questões como a política da “China única” e o papel do Fórum como mecanismo de cooperação trilateral (GASPAR, 2009). O terceiro capítulo faz um estudo da parceria estratégica sino-angolana e o chamado “Modelo Angolano” de desenvolvimento (CORKIN, 2011), baseado na concessão de empréstimos para o financiamento de obras de infraestrutura por parte de Pequim, tendo como contrapartida o acesso aos recursos naturais angolanos. Finaliza-se o capítulo com a análise do impacto de Macau nas relações entre China e Angola. Por fim, são apresentadas as conclusões do trabalho e as referências utilizadas ao longo da pesquisa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O século XX foi marcado por mudanças estruturais que definiram a ascensão da China como potência. A Guerra Civil que definiu a nova ideologia chinesa e os projetos de desenvolvimento a serem traçados a partir de 1949, a busca por reconhecimento e a inserção do país no comércio internacional foram fatores que exigiram intensa análise e planejamento por parte do Partido Comunista Chinês. No âmbito interno, a RPC precisava lidar com a estabilização nacional pós-conflito na década de 50, com o fim da Guerra Civil com o Kuomintang, ao mesmo tempo em que buscava o reconhecimento internacional dos demais Estados, que mantinham relações diplomáticas com Taiwan. Externamente, o país participava de forma ativa do embate ideológico entre Estados Unidos e União Soviética. Com a morte de Joseph Stálin e a ascensão de Nikita Khrushchev ao poder soviético, Moscou iniciou um processo chamado de “desestalinização”, pautado na coexistência pacífica com o bloco ocidental. A política adotada ia de encontro a interpretação chinesa da ideologia marxista-leninista, gerando uma cisão na abordagem do marxismo ortodoxo. Somado a isso, o crescente avanço das relações soviéticas com a Índia, país que possuía um confronto fronteiriço com a China, potencializou o início da ruptura nas relações sino-soviéticas.

Essa dualidade entre política interna e externa em Pequim foi marcante durante a segunda metade do século XX. Quanto à questão colonial, especialmente no enclave de Macau, o governo chinês mantinha uma postura conservadora. Ao passo que apoiava movimentos de libertação nacional na África e na Ásia que lutavam contra o colonialismo europeu, a prioridade de Pequim pós-Guerra Civil era a estabilidade interna e o desenvolvimento nacional, condição prévia ao retorno da soberania sobre Hong Kong e Macau, posses coloniais europeias. Como aponta Moisés Silva Fernandes (2007, p.38. Tradução nossa)

Este comportamento demonstra que a China não era nem um ator antissistêmico, comprometido com a derrubada violenta do Sistema Internacional, nem um Estado revolucionário ou anticolonial, dedicado a derrubada ativa das administrações coloniais. Era, pelo contrário, um *player* conservador na política internacional

Em 1974, durante a visita oficial do então presidente argelino Houari Boumédiène, Mao Tsé-Tung propôs a chamada “Teoria dos Três Mundos”, que viria a ser a base para o discurso do Vice-Primeiro-Ministro chinês Deng Xiaoping proferido durante a 6ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas. A teoria buscava explicar a nova ordem mundial como sendo formada por três forças políticas distintas entre si. O primeiro mundo era

formado por Estados Unidos e União Soviética, as superpotências engajadas no imperialismo e no imperialismo social. O segundo mundo continha Japão, Canadá, Europa e outros países do chamado Norte Global. E o terceiro mundo era composto pela China e pelos países do continente africano, asiático e América Latina (YEE, 1983). A teoria serviu como base do discurso e da política externa de Pequim durante os anos seguintes.

No final do século XX, a China pôde pôr em prática o modelo “um país, dois sistemas” em Macau e em Hong Kong, após longas negociações com o Reino Unido e Portugal. O modelo passaria a ser um dos principais tópicos de política interna chinesa a partir da virada do século, sendo utilizado como um exemplo de sucesso na busca pela retomada de soberania sobre Taiwan. A adoção das chamadas Regiões Administrativas Especiais (RAE) foi um marco da modernização chinesa encabeçada por Deng Xiaoping, que deu início ao processo de globalização da economia chinesa.

2.1 A PRESENÇA CHINESA NA ÁFRICA NO SÉCULO XX

A presença chinesa na África durante o século XX sofreu a interferência de fatores tanto internos quanto externos. Na primeira metade do século, a Guerra Civil chinesa entre as forças nacionalistas de Sun Yat-Sen e as comunistas de Mao Tsé-Tung fez com que o país se voltasse para a estabilização doméstica. Após a vitória comunista, os desdobramentos da Guerra Fria e a relação sino-soviética, além dos movimentos políticos da Revolução Cultural e o Grande Salto para Frente, fizeram com que as relações que Pequim mantinha com o continente africano fossem marcadas por diferentes fases de desenvolvimento.

Com a instauração da República da China em 1912, o governo de Sun Yat-Sen logo firmou relações diplomáticas com a África do Sul, estabelecendo uma comunidade chinesa no país que, até os dias de hoje, é a comunidade com o maior número de chineses no continente africano (SHINN, 2019). Ainda, a República da China mantinha contatos com a Libéria e com a colônia francesa de Madagascar, mas, devido à sua dificuldade de governar internamente diante do conflito com o PCC, sua presença na África durante o período foi limitada. Da mesma forma, com a ascensão de Mao Tsé-Tung ao poder e o surgimento da RPC, as dificuldades de estabilização pós-conflito e a necessidade de se consolidar no poder fizeram com que as relações sino-africanas não se estabelecessem de forma imediata após o fim da Guerra Civil chinesa.

Especialmente após 1954, a aproximação chinesa com a África possuiu respaldo na diretriz diplomática chinesa voltada para os países em desenvolvimento e pela luta por independência, liderada pelo Primeiro-Ministro chinês Zhou Enlai. O primeiro momento que marca o novo *status* que a República Popular da China se apresenta no sistema internacional foi na Conferência de Genebra. Com efeito, “a participação da RPC na conferência de Genebra de 1954 constituiu, a nível político, o reconhecimento do regime de Pequim como uma grande potência por parte da comunidade internacional” (FERNANDES, 1999, p.994). Com o objetivo de impedir a internacionalização do conflito na Indochina, como ocorreu na Guerra das Coreias, Zhou Enlai desempenhou um papel diplomático fundamental em evitar a continuidade da Guerra na Indochina e o envolvimento estrangeiro imediato no Vietnã. Dado que a recuperação econômica era vital para Mao Tsé-Tung, e havia desacelerado com a participação da China apoiando a Coreia do Norte, a continuidade do envolvimento chinês na guerra do Vietnã deveria ser evitada e negociada durante a Conferência, que resultou na divisão do território vietnamita em duas zonas, ao sul e ao norte (QIANG, 1992).

Da mesma forma, a participação chinesa na Conferência de Bandung de 1955 representou um novo trunfo diplomático de Zhou Enlai. Em seu discurso, o Primeiro-Ministro enfatizou a importância da adoção dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, preconizados no Acordo de Cooperação Sino-Indiano de 1954, e reforçou a estreita relação de Pequim com os Princípios. Em Bandung, o Primeiro-Ministro Zhou Enlai defendeu que

Seguindo os princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão, não interferência nos assuntos, igualdade e benefício mútuo, a coexistência pacífica de países com diferentes sistemas sociais pode existir. Quando a implementação desses princípios é assegurada, não há razão para que disputas internacionais não possam ser resolvidas por meio de negociação (ZHOU, 1955, p.5. Tradução nossa)

Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica se mantêm presentes na política externa chinesa até hoje, inclusive na Constituição da RPC de 1982. Após a adoção em Bandung, os Princípios também foram a base da criação do chamado Movimento dos Países Não-Alinhados, um fórum formado por 120 países que, no contexto da Guerra Fria, posicionou-se contra os blocos capitalista e socialista e a corrida armamentista. A China também utilizou a ocasião da Conferência de Bandung para iniciar diálogos com o Egito. Em 1956, o país rompeu relações com Taiwan e foi o primeiro país árabe do continente africano a estabelecer relações com a RPC (CHINA, 2021). Semanas após o reconhecimento, a China concedeu um empréstimo de cinco milhões de dólares ao governo egípcio em meio à crise do

Canal de Suez, e apoiou o posicionamento de Cairo em reivindicar o controle do Canal. Este foi o primeiro empréstimo da RPC a uma nação africana (DAHSHAN, 2021). Além disso, a delegação chinesa manifestou seu apoio, em Bandung, aos movimentos anticoloniais e de libertação nacional em Marrocos, Tunísia e Argélia (SHINN, 2019).

A partir da década de 60, a disputa sino-soviética pela esfera de influência no continente africano ganhou força. Os argumentos do cientista político Robert Scalapino (1964) sobre a disputa entre China e União Soviética no continente africano, em larga medida, podem ser reaproveitados para entender a política externa chinesa atual. Segundo Scalapino (1964) “a competição sino-soviética na África se concentrará em quem contribui mais e exige menos. (...) Quem se absterá ao máximo de interferência nos assuntos internos dos Estados africanos e reconhecerá plenamente seu desejo de igualdade?” (SCALAPINO, 1964, p.642. Tradução nossa). Entre dezembro de 1963 e fevereiro de 1964, o Primeiro-Ministro Zhou Enlai realizou uma visita oficial a dez países africanos a convite de chefes de Estado e de governo, a primeira visita de um líder chinês ao continente. Com o objetivo de aprofundar as relações sino-africanas, Zhou Enlai liderou a delegação que visitou a República Árabe Unida (atual Egito), Argélia, Marrocos, Tunísia, Gana, Mali, Guiné, Sudão, Etiópia e Somália (GLOBAL TIMES, 2021). A visita à Gana teve especial importância para o objetivo estratégico de reconhecimento de uma única China, em oposição à Taiwan. Poucos dias antes da chegada da delegação chinesa em Gana, o presidente ganês Kwame Nkrumah foi atacado e sofreu uma tentativa de golpe de Estado. Mesmo com o estado de alerta em Accra, capital de Gana, Zhou Enlai decidiu não cancelar a visita, reforçando que “a visita não deve ser cancelada apenas porque Gana está vivendo um momento difícil. Caso contrário, isso indicaria que não respeitamos e apoiamos o país” (GLOBAL TIMES, 2021, p.1. Tradução nossa).

A amizade construída pelo Primeiro-Ministro com alguns líderes africanos fez com que a RPC ganhasse confiança no continente. Durante a visita, Nkrumah disse que Zhou Enlai era o melhor amigo do povo ganês e que a sua visita foi a melhor até então feita por um líder estrangeiro (GLOBAL TIMES, 2021). Durante as conversas estabelecidas entre os dois líderes, o tópico do reconhecimento internacional da PRC foi abordado, e Nkrumah manifestou seu apoio e sua perspectiva futura do papel africano neste reconhecimento: “Agora entendemos os antecedentes e a atitude da China. Podemos trabalhar com os países africanos para restaurar o assento da China, mas a China deve esperar pacificamente. Parece que a cada ano podemos ter um aumento de um ou dois votos.” (NKRUMAH, 1964, p.10). Com isso, Nkrumah indicava que, conforme os países africanos fossem se tornando

independentes e vencendo suas lutas anticoloniais, estes apoiariam a representação chinesa em instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), e que o presidente ganês desempenharia um papel importante de mediador e de liderança neste discurso. Durante a visita, Zhou Enlai também acordou o auxílio financeiro de aproximadamente 120 milhões de dólares para Congo, Gana, Mali, Quênia e Tanzânia, bem como o apoio de material e de treinamento para os movimentos revolucionários em Angola, Moçambique e Rodésia (PRITCHETT, 2010). Com isso, a China se tornou o primeiro país em desenvolvimento a oferecer ajuda financeira internacional sem cláusulas condicionais de empréstimo.

O apoio chinês aos movimentos de libertação nacional africanos também sofreu a influência da disputa ideológica com a URSS. Neste sentido, o caso de Angola é emblemático. O governo chinês forneceu apoio financeiro e material tanto para o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) quanto para o União Nacional para a Independência de Angola (UNITA), além da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). No início dos anos 60, a China fornecia apoio ao MPLA, um movimento de influência marxista centrado na figura de Agostinho Neto. Porém, após um anúncio por parte da Organização da União Africana de que os rivais do MPLA eram os movimentos de libertação legítimos, a atenção chinesa passou para o UNITA, embora tenha mantido uma relação cordial com o MPLA (TAYLOR, 2007). O UNITA passou a ser a principal organização com apoio financeiro e de armamentos a partir do final da década de 60 em Angola, sob a liderança de Jonas Savimbi, que tinha inspiração maoísta. O MPLA, em contrapartida, passou a contar com forte apoio soviético, o que fez com que Pequim, após o período da Revolução Cultural, passasse a apoiar o FNLA buscando contrabalançar a influência de Moscou. Esta política externa ambígua de apoio a diferentes movimentos se mostrou ainda mais complexa em 1975, quando tropas sul-africanas entraram no conflito do lado do FNLA e do UNITA contra o MPLA. A entrada da África do Sul sob o regime do Apartheid abalou o prestígio chinês na região, que “se tornou a aliada da África do Sul e das potências ocidentais capitalistas contra os interesses do MPLA e do socialismo” (TAYLOR, 2007, p.80). O envolvimento chinês no conflito angolano, especialmente no campo ideológico com o embate com a URSS e o seu apoio ao MPLA, fez com que a intervenção chinesa fosse alvo de críticas até dos países vizinhos asiáticos. O erro de cálculo ao apoiar o movimento que recebia suporte do regime do Apartheid e dos Estados Unidos fez com que não apenas as relações com Angola após a vitória do MPLA fossem abaladas, mas com os demais países do continente (CORKIN, 2011). Pequim só conseguiu reverter este cenário ao adotar uma

política externa pragmática e de retorno ao princípio da não intervenção em assuntos domésticos nos anos seguintes.

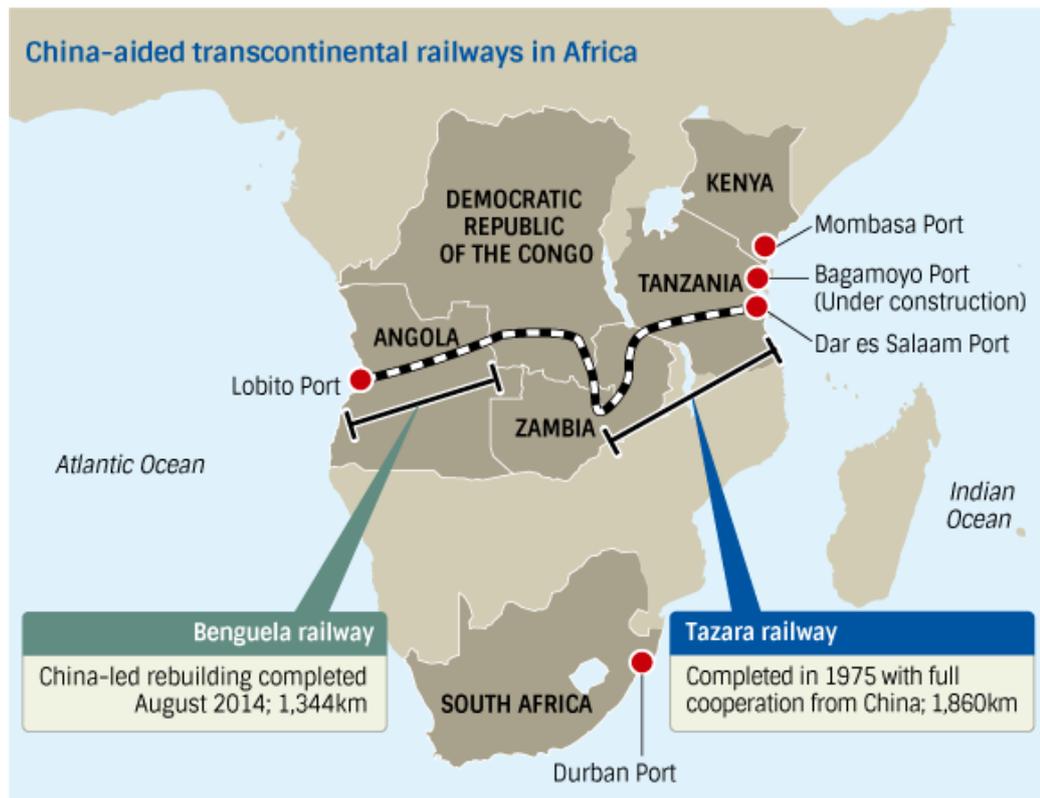
O período da Revolução Cultural – que se iniciou em 1966 e durou, de forma mais ampla, até a morte de Mao Tsé-Tung em 1976 – promoveu uma mudança no panorama das relações sino-africanas. Além da redução nas iniciativas chinesas de fornecimento de ajuda financeira externa, o período coincidiu com a derrubada de governos em Benin e na República Centro Africana, que expulsaram membros da embaixada chinesa, e principalmente, a derrubada de Kwame Nkrumah do poder em Gana enquanto visitava a China. O novo governo ganhês expulsou membros do governo chinês de Accra, alegando que Pequim apoiava movimentos revolucionários da oposição e cooperava com uma tentativa de Nkrumah de retomar o poder (SHINN, 2019). Tanto as visitas de autoridades chinesas à África quanto de autoridades africanas à China sofreram uma forte queda no período, e em 1969, quatro países a menos reconheciam a RPC em comparação a 1965 (OGUNSANWO, 1974).

Mesmo assim, o período contou com alguns grandes investimentos chineses na África. Em 1967, o governo chinês sinalizou seu interesse em financiar a construção da ferrovia Tanzânia-Zâmbia (Ferrovia Tazara), o maior projeto externo de infraestrutura financiado pela China até então, com o objetivo de conectar a Zâmbia ao Oceano Índico sem depender das linhas férreas que passavam por Rodésia (atual Zimbábue), África do Sul e Moçambique (BREUER, 2017). O investimento chinês na obra, além dos interesses estratégicos, também se justifica pelas relações entre China e Zâmbia, pois o país foi o primeiro do sul da África a estabelecer relações diplomáticas com a RPC, em 1964 (CHINA, 2020). Já no século XXI, a China lançou um novo projeto de conexão intermodal que conecta a ferrovia Tazara à ferrovia Benguela, em Angola. Com isso, tornou-se possível a criação de uma ferrovia transcontinental que liga o Oceano Atlântico via porto de Lobito na costa oeste africana ao porto de Dar es Salaam na costa leste (MORIYASU, 2014).

A entrada da RPC nas Nações Unidas foi um grande êxito diplomático chinês. A frase dita por Mao Tsé-Tung em 1971, de que “foram os nossos amigos africanos que nos colocaram na ONU” (SHINN, 2019, p.63. Tradução nossa), após os países africanos serem responsáveis por 34% dos votos necessários na Assembleia Geral para substituir a representação de Taiwan, ilustra a importância que Pequim passou a atribuir ao continente africano em fóruns multilaterais internacionais. 26 países votaram a favor de Pequim, sendo que dos 15 que votaram contra, 10 romperam relações diplomáticas com Taipei nos anos seguintes (SHINN, 2019).

No final da década de 80, apesar do crescimento econômico e da necessidade dos recursos naturais e do mercado consumidor africano, a China se viu isolada no cenário internacional após o episódio do massacre na Praça Celestial de 1989.

Figura 1: Ferrovia Transcontinental de Tanzam e Benguela



Fonte: MORIYASU (2014)

Todavia, a reação de boa parte dos países africanos foi de que as críticas ocidentais ao incidente eram uma tentativa de desestabilizar o crescimento chinês, e países como Angola e Namíbia, inclusive, apoiaram a China (VISENTINI; ZIEBELL, 2012). Com isso, a partir da década de 90, os primeiros-ministros chineses passaram a realizar visitas oficiais à África anualmente, fortalecendo a importância que Pequim atribuía ao continente. Internamente, o governo chinês também lidava com a presença colonial. Tanto na colônia britânica de Hong Kong quanto na colônia portuguesa de Macau, Pequim possuía dificuldade em restaurar a soberania sobre os territórios sem haver uma estabilidade interna garantida, especialmente após o período da Guerra Civil Chinesa e da Revolução Cultural. Com isso, a questão de Hong Kong e de Macau foi colocada em segundo plano durante os anos 50 e 60. Com o fim

do governo colonialista de Salazar em Portugal e o fim do prazo estipulado na Convenção para a Extensão do Território de Hong Kong, a China passou a dar o devido enfoque aos territórios coloniais e ao retorno à sua soberania.

2.2 O PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DA SOBERANIA DE MACAU À CHINA

Macau é uma região situada na costa sul da China, a oeste da foz do Rio das Pérolas e ao sul da província de Guangdong. Foi ocupada pelo Império Português Ultramarino em 1577, por meio de um acordo com a Dinastia Ming para tornar o território o primeiro entreposto comercial europeu na China, mas só foi reconhecido como posse portuguesa pelo governo chinês no ano de 1862, com o fim da Guerra do Ópio e o enfraquecimento diplomático da China (EDMONDS; YEE, 1999). Macau ocupa uma área de 32,9 quilômetros quadrados, com uma população de 670 mil pessoas e um dos maiores PIBs *per capita* do mundo (FÓRUM MACAU, 2019). Em 2018, Macau possuía o terceiro maior PIB *per capita* mundial (IMF, 2018), e o governo chinês busca, gradativamente, incorporar a economia macauense nos planos de política externa e de desenvolvimento nacional. Ao lado de Hong-Kong e de outras nove cidades, Macau faz parte da chamada “Área da Grande Baía”, um dos principais focos de investimento do PCC, que busca transformar a Área em uma megalópole de economia integrada, tornando-a um *hub* global de investimento e tecnologia (DSEC, 2022). A atual Região Administrativa Especial é composta pela península de Macau e por duas ilhas: Taipa e Coloane.

A ocupação portuguesa em Macau – e na Ásia, de um modo geral – seguiu um padrão diferente daquele adotado na América e na África. O governo português não possuía interesse na ocupação do território macauense, mas sim na sua fortificação como entreposto portuário para atender aos interesses ultramarinos do Império. O colonialismo português foi marcado pelo intenso domínio durante os anos de expansão marítima no século XVI, quando atingiu seu ápice, e um enfraquecimento institucional nos séculos seguintes. Com a ascensão do salazarismo, somado às novas diretrizes do PCC, o Estado português já não possuía legitimidade – e, de certa forma, interesse por parte do governo – em expandir seu *modus operandi* para as colônias africanas, bem como para Macau (WALLERSTEIN, 2005). Durante o século XX, com o império marítimo português já colapsado e os processos de descolonização na África e na Ásia ganhando força, a política adotada pelo governo de

António Salazar de defesa da manutenção e continuidade do colonialismo português fez com que o principal interesse em Macau fosse “no sentido de manter o mítico império colonial, razão de ser ideológica do regime” (FERNANDES, 1998, p.300).

Figura 1: Mapa da Província de Guangdong e do Delta do Rio das Pérolas



Fonte: WEEK IN CHINA (2022)

Durante o governo de Mao Tsé-Tung, a China manifestou interesse em estabelecer relações diplomáticas com Portugal apenas em dois momentos: em 1949, após a fundação da RPC, e em 1954, após a Conferência de Genebra. Dentre os fatores que explicam este distanciamento estão: a rejeição do regime salazarista em estabelecer laços com regimes comunistas; o controle que Pequim exercia sobre Macau, utilizando o enclave como um “depósito” de materiais estratégicos ocidentais para o Sul da China e em um centro de aprendizagem da língua portuguesa para funcionários chineses; e pelo embate ideológico entre os princípios maoístas e a existência de colônias ocidentais em solo chinês (FERNANDES, 1999).

A partir da metade da década de 1950, devido ao fato de que Pequim já exercia um forte controle sobre Macau e com a oposição de Salazar ao reconhecimento da China comunista, o interesse chinês pelo estabelecimento de relações diplomáticas com Portugal diminuiu. Esta posição se manteve até à ascensão ao poder da ala moderada do PCC, liderada por Deng Xiaoping (FERNANDES, 1999). Quanto ao embate ideológico, é importante entendermos as estratégias adotadas tanto por Mao Tsé-Tung quanto por António Salazar. Estratégias estas que, por vezes, iam de encontro aos princípios ideológicos adotados. O regime fascista de Salazar, mesmo sendo fortemente anticomunista, não rompeu as relações da colônia de Macau com a China de Mao, especialmente pelo fato de que a economia macauense dependia em larga medida desta relação bilateral e de que Portugal não possuía capacidade de substituir de forma equivalente o comércio que o enclave mantinha com Pequim.

Da mesma forma, embora o maoísmo se opusesse aos domínios coloniais, a estratégia de longo prazo estabelecida nos planos quinquenais fez com que Pequim mantivesse o *status quo* de controle português em Macau para fins estratégicos durante a Guerra Fria. Em 1951, após apoiar a invasão da Coreia da Noite à Coreia do Sul, a China sofreu um embargo econômico por parte da ONU, e passou a utilizar Macau e Hong Kong para burlar as restrições de comércio internacional e importar de ferro, petróleo e equipamentos eletrônicos – uma vez que estes territórios eram posses portuguesa e inglesa. Entre 1950 e 1952, Macau e Hong Kong foram um dos principais parceiros econômicos chineses, atrás apenas da URSS (CHOU, 2020). Como apontam Edmonds e Yee (1999, p. 300)

Os interesses portugueses limitavam-se basicamente à manutenção do sistema colonial, um dos pilares do regime nacionalista autoritário de Salazar, a todo custo, enquanto que o regime de Pequim estava primordialmente interessado em usar o enclave para “burlar” o embargo comercial e econômico contra a China continental, como plataforma de contato com as comunidades chinesas residentes no estrangeiro, conhecidos na terminologia oficial como os huáqiao (chineses ultramarinos), e como centro de contatos com os países estrangeiros (EDMONDS; YEE, 1999, p.300)

Portugal, por sua vez, não se opôs à prática, pois a crise econômica que Macau sofreria ao respeitar o embargo com a China poderia pôr em risco a legitimidade portuguesa (CHOU, 2020). Lisboa manteve relações diplomáticas com Taiwan até o ano de 1975, após a Revolução dos Cravos. Taipei, por sua vez, não reconhecia Macau como sendo uma colônia portuguesa, fazendo como que o Ministério de Relações Exteriores estabelecesse apenas um escritório no enclave, e não um consulado. Este escritório possuía um caráter estratégico para

a Taiwan, por ser a representação oficial taiwanesa mais próxima geograficamente da China continental (CHOU, 2020). Dado que Portugal mantinha relações diplomáticas com Taiwan, a presença de negociantes e empresários taiwaneses em Macau era intensa, e o governo taiwanês já tinha como um de seus objetivos reduzir a dependência econômica macauense da China. Como aponta Edivaldo Machado Boaventura (1998, p.328), “os portugueses souberam incrementar o comércio (...) sem constituir ameaça para a segurança nacional da China”.

Somado a isso, o PCC reconhecia a importância de manter Macau sob posse portuguesa antes mesmo do fim da Guerra Civil. Em fevereiro de 1949, Mao Tsé-Tung e o então ministro soviético dos Transportes, Anastas Mikoyan, tiveram reuniões secretas na província de Hebei, com o objetivo de tratar dos desdobramentos do fim do conflito. Mao argumentou que os comunistas venceriam a guerra, e que um dos principais objetivos seria a eliminação total dos privilégios de que gozavam os imperialistas no país. Contudo, fez-se exceção à Macau e Hong Kong, devido ao seu valor econômico para a China (EDMONDS; YEE, 1999). A decisão de não retomar a soberania sobre os dois enclaves também buscava evitar um confronto direto com o Ocidente, ao mesmo tempo em que obtinha contrapartidas importantes como a utilização dos territórios durante o embargo.

Um evento importante que definiu os desdobramentos que culminaram com a transferência de soberania de Macau à China foi o chamado Incidente 12-3. O cenário em Macau durante o regime salazarista era composto por uma segregação entre chineses e portugueses ou macaenses (cidadãos chineses com descendência portuguesa). Os chineses, em sua maioria, não tinham acesso à educação gratuita, planos de saúde acessíveis e proteção trabalhista. Em novembro de 1966, após aguardarem a permissão para a construção de uma escola por mais de três meses, cerca de 100 estudantes chineses protestaram em Taipa e iniciaram uma mobilização para a construção da escola por conta própria. A manifestação foi duramente reprimida pelas autoridades de Macau, dando início a um confronto que resultou em 8 mortos, 212 feridos e 62 presos durante dois dias de conflito (FERNANDES, 2007).

O conflito coincidiu com o período de início da chamada Revolução Cultural, que teve seus reflexos no Incidente 12-3, inclusive tido por Fernandes como “a Revolução Cultural de Macau” (FERNANDES, 1998). O debate acerca das motivações que levaram às manifestações dos cidadãos pró-Pequim se manteve ao longo dos anos. Como aponta Chou (2020, p.6), “era um debate acadêmico constante até que ponto os protestos em Macau eram uma resposta ao colonialismo português ou um transbordamento da Revolução Cultural”. Além disso, com a instabilidade da ordem vigente em Macau, a Guarda Vermelha – que vinha perdendo espaço em Pequim e tinha embates com o Exército de Libertação Popular (ELP) –

viu uma oportunidade de invadir Macau na tentativa de restabelecer a ordem. O movimento foi impedido pelo ELP. No dia 04 de dezembro, um comboio que trazia membros da Guarda Vermelha na costa de Macau foi interceptado pelo ELP, e diante da recusa da inspeção, bombardeado. É importante notar que o único conflito bélico que o ELP fez parte foi contra a Guarda Vermelha, as autoridades portuguesas em Macau não sofreram confrontação (FERNANDES, 2007).

Após o conflito, Macau passou a ser “administrada por Portugal sob o consentimento chinês” (CHOU, 2020). O principal objetivo estratégico chinês após a estabilização da ordem em Macau foi a expulsão das forças de Taiwan e de sua presença no enclave. O acordo firmado entre Macau e China após o conflito não previa a saída de Portugal, mas o fechamento de organizações oficiais e semioficiais de Taiwan, bem como a deportação de sete funcionários do serviço de inteligência taiwanês para Pequim. O acordo demonstrou que a vitória sobre o Kuomintang era uma prioridade maior para o PCC do que o fim do colonialismo em solo chinês (CHOU, 2020). Com a saída das forças sociais taiwanesas, a continuidade da soberania de Portugal sobre Macau garantiria que Pequim seguisse utilizando o território para fins estratégicos, ao passo que a vitória após o Incidente deixou claro que o controle *de facto* do enclave era exercido por Pequim. Até a Guerra do Ópio, a política colonial portuguesa na Ásia, em contraste com a adotada na África, não buscou o controle de recursos naturais e de terras, mas sim a garantia das rotas comerciais entre o Oceano Índico e o Mar do Sul da China. Dessa forma, de Goa à Nagasaki as colônias portuguesas caracterizavam-se por serem cidades portuárias fortificadas, que gozavam de relativa autonomia e pouca interação entre si e com Lisboa (CLAYTON, 2012). Portugal, ao contrário do Reino Unido, não repudiou oficialmente o massacre da Praça Celestial em 1989, bem como evitou tomar iniciativas de promoção da democracia em Macau (EDMONDS, 1993). Essa fraca institucionalização gerou um “déficit de governança” (BARRIOS, 2019) em Macau, e o governo chinês pôde incorporar seu *modus operandi* com uma resistência menor do que a enfrentada na antiga colônia britânica de Hong Kong.

Com o processo de redemocratização oriundo da Revolução dos Cravos de 1974, o Estado Português rompe com o projeto colonial salazarista de continuidade dos territórios ultramarinos, e manifesta seu interesse em deixar Macau. Neste período, o governo chinês também cuidava dos acordos envolvendo a transferência de soberania de Hong Kong. Após o fim das negociações com o Reino Unido e a assinatura da Declaração Conjunta Sino-Britânica sobre a Questão de Hong Kong, Pequim voltou-se para Macau. Em 1986, iniciaram-se as negociações que culminaram na Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de

Macau, assinada em 1987. A diferença de engajamento de Portugal e Reino Unido envolvendo, respectivamente, Macau e Hong Kong, além do controle chinês em Macau após o Incidente 12-3, fez com que as negociações luso-chinesas durante o processo de transferência de soberania não contassem com reivindicações populares por maior democratização ou sufrágio universal, como ocorreu nos acordos de Hong Kong (CHOU, 2020). O acordo reforça que Macau sempre foi um território chinês que estava sob administração portuguesa, e que agora retornará à sua soberania, e previa a transferência de soberania a partir de dezembro de 1999 (CHINA, 1987), com algumas garantias de autonomia asseguradas pelo modelo a ser adotado tanto em Macau quanto em Hong Kong, conhecido como “um país, dois sistemas”.

O modelo “um país, dois sistemas” se insere no processo de reforma e abertura econômica da China durante o governo de Deng Xiaoping, a partir de 1976, com a morte de Mao Tsé-Tung. É um princípio constitucional adotado tanto em Hong Kong quanto em Macau que transforma os dois territórios, após o retorno à soberania chinesa, em Regiões Administrativas Especiais (RAE). O sucesso do modelo “um país, dois sistemas” também é de suma importância para o objetivo chinês de reunificar Taiwan à China. De acordo com o princípio, o sistema e as políticas socialistas adotadas na China não se aplicam às RAE, que possuem Leis Básicas próprias estipuladas nas suas respectivas Declarações Conjuntas. Assim, o chamado “socialismo com características chinesas” se utiliza de espaços de economia aberta e capitalista como as RAE para acelerar o seu processo de modernização e reforma, reconquistando a soberania sobre territórios de forma pacífica (TIEXUN, 2011). Desde que se elevou o *status* de Macau à Região Administrativa Especial, sua economia se tornou aberta ao investimento externo, com uma carga fiscal classificada entre as mais baixas do mundo. Além disso, possui um porto franco, um sistema alfandegário próprio e controle limitado de capitais (FÓRUM MACAU, 2019).

Atualmente, algumas iniciativas chinesas para o desenvolvimento de Macau se assemelham a abordagens adotadas por Portugal, mas que não obtiveram êxito no passado. O papel de plataforma entre os países de língua portuguesa atribuído a Macau, especialmente após a criação do Fórum Macau, possui semelhanças com o objetivo português durante o século XX de aproximar Macau destes países. De acordo com Edmonds e Yee (1999, p.803), “Durante anos, Portugal tentou estabelecer ligações entre Macau e Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé, bem como outros países de língua latina, sem muito sucesso”. Na indústria de jogos, da mesma forma, embora a autorização para o estabelecimento de cassinos tenha ocorrido no final do século XIX, com a transferência

de soberania, a receita gerada tanto diretamente pelos cassinos quanto pelo turismo aumentou de forma exponencial. Em 1999, a receita da indústria era de aproximadamente 1,6 bilhões de Patacas – a moeda local de Macau –, comparado com 45,1 bilhões de Patacas em 2013 (ZHONGLU, 2014). Esse aumento de receita se deve especialmente à iniciativa chinesa de romper com o monopólio da indústria de jogos em 2002, que ficou nas mãos do bilionário honconguês Stanley Ho por quatro décadas. Com isso, o setor foi aberto para investimento estrangeiro, e três dos principais cassinos americanos conquistaram concessões para atuar na RAEM. Destaca-se o cassino Venetian Macao, o maior e mais luxuoso do enclave, e que pertence à companhia Las Vegas Sand (STATISTA, 2020).

3 O FÓRUM MACAU

O Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, conhecido como “Fórum Macau”, é um mecanismo multilateral de cooperação intergovernamental criado no ano de 2003 pelo Governo Central da China e da RAEM em coordenação com 8 Países de Língua Portuguesa – nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (FÓRUM MACAU, 2020a) – e abrange uma população de mais de dois bilhões de pessoas. É conhecido como Fórum Macau pelo fato de seu Secretariado Permanente ter sido estabelecido na Região Administrativa Especial de Macau, em 2004, apesar da RAEM não ser membro direto do Fórum (MENDES, 2013).

A iniciativa da criação do Fórum por parte do governo chinês se deu em um momento de aprofundamento das relações entre os países de língua portuguesa e se insere em um contexto maior de necessidade de institucionalização dos laços entre a China e o mundo lusófono. Com a Revolução dos Cravos de 1974 e os processos de independência das colônias portuguesas, a integração entre os PLP já vinha se promovendo de diferentes formas, especialmente sob a liderança do Brasil. Uma das principais iniciativas neste sentido ocorre em 1989, em São Luís do Maranhão, com o primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa, a convite do então presidente brasileiro José Sarney. Na ocasião, decidiu-se pela criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se ocuparia da promoção e difusão do idioma comum da Comunidade (CPLP, 2007). O Instituto foi a primeira iniciativa concreta de integração entre os países lusófonos, e

destaca-se por ter auxiliado no processo de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996.

A CPLP é um fórum multilateral constituído por nove Estados-membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) que visa ao aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros, e incorpora o IILP como um de seus órgãos constitutivos, além da Conferência de Chefes de Estado e de Governo; do Conselho de Ministros; do Comité de Concertação Permanente; do Secretariado Executivo; da Assembleia Parlamentar da CPLP; da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e das Reuniões Ministeriais. A CPLP inaugura um novo patamar de cooperação multilateral entre os países de língua portuguesa, ao gozar de personalidade jurídica, autonomia financeira e ter, dentre os seus objetivos gerais, “a concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional” (CPLP, 1996, p.2).

Concomitantemente, o governo chinês avançava sua estratégia de Cooperação Sul-Sul, e adotava novas iniciativas de aproximação com os países africanos. No ano de 2000, é criado o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), com o objetivo de fortalecer a cooperação econômica sino-africana e de estabelecer uma nova ordem mundial que melhor refletiria os interesses da China e da África (BRICS POLICY CENTER, 2016). Por meio da Declaração de Pequim do Fórum sobre Cooperação China-África, assinada pelos representantes da China e de outros 44 países africanos, o governo chinês inaugura a principal plataforma de diálogo e coordenação com o continente (VADELL; LOPES; CARDOSO, 2013). Como o país não é membro da CPLP, o FOCAC era o contato mais próximo, para além das relações bilaterais, que a China mantinha com os PALOP – neste caso, Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau. A partir da transferência de soberania de Macau, em 1999, o governo chinês vislumbra na antiga colônia portuguesa uma oportunidade para institucionalizar a relação com os PLP. Por meio do papel histórico-cultural-econômico da RAEM com o mundo lusófono (LEANDRO, 2017), e com o objetivo de estabelecer um fórum multilateral no qual assumiria o papel de liderança, a China dá início aos debates sobre a criação do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

3.1 ANÁLISE INSTITUCIONAL DO FÓRUM MACAU

O Fórum Macau surge, assim, como um “mecanismo de cooperação à serviço da diplomacia econômica chinesa, em que a RAEM funciona como a entidade administrativa que o operacionaliza” (LEANDRO, 2017, p.178). É um espaço de promoção do desenvolvimento e do fortalecimento das relações comerciais entre a China e os demais membros, e, segundo seu estatuto, sem objetivos e articulações políticas. A existência de seu Secretariado de forma permanente em Macau faz com que a dinâmica do Fórum extravase as Conferências Ministeriais que ocorrem a cada três anos (MENDES, 2013), embora não seja categorizado como uma Organização Internacional. Da mesma forma, apesar de se assemelhar a um fórum multilateral convencional, o Fórum é centrado na liderança chinesa, que além de financiar a estrutura do Secretariado via Ministério do Comércio e pelo Executivo de Macau, também nomeia o Secretário-Geral (MIRIAM COSTA, 2020).

A primeira Reunião Ministerial do Fórum se deu em outubro de 2003. Na ocasião, os Ministros dos oito países participantes – China, Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e Timor Leste, além de São Tomé e Príncipe como observador e Macau como parte da comitiva chinesa – acordaram que o Fórum contribuiria positivamente para o desenvolvimento das relações econômicas, comerciais e de investimento, e reconheceram papel de plataforma que Macau poderá desempenhar no aprofundamento destes laços (FÓRUM MACAU, 2003). Também foi acordado que a cooperação no âmbito do Fórum se daria por meio de Planos de Ação, complementares aos já existentes bilateralmente, e que seriam revisitados periodicamente para acompanhar o balanço dos resultados.

O primeiro Plano de Ação para a Cooperação Econômica e Comercial, aprovado em 2003, contemplava uma série de setores estratégicos. Além da intensificação da cooperação intergovernamental, os Ministros concordaram em utilizar os mecanismos de consulta do Fórum como plataforma para facilitar o intercâmbio comercial, o investimento e cooperação empresariais e de infraestruturas, bem como a elaboração de programas de desenvolvimento agrícola, de recursos naturais e de recursos humanos (FÓRUM MACAU, 2003). Definiu-se, também, o estabelecimento do “Encontro de Empresários para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, que ocorreria de forma anual e com sede rotativa entre os PLP (RAMOS, 2017) Em linhas gerais, o primeiro Plano de Ação serviu para manifestar o interesse mútuo no estabelecimento do Fórum e das potencialidades

econômicas futuras e marca o início das relações de cooperação sino-lusófonas por intermédio de Macau (RAMOS, 2017).

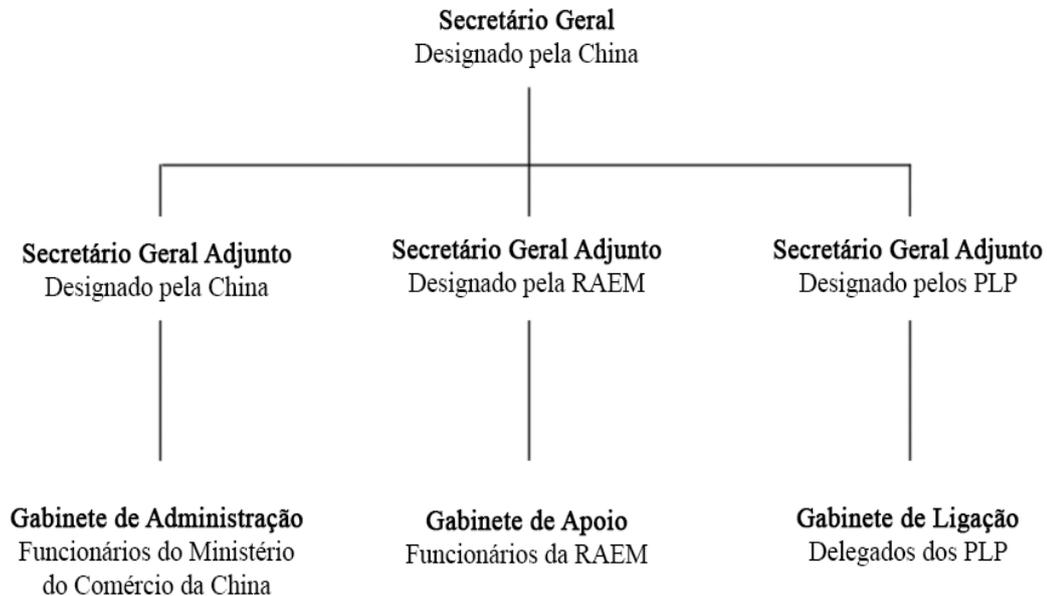
Após a primeira Reunião Ministerial, na qual os membros acordaram sobre a criação de um mecanismo de acompanhamento em Macau que garantisse o apoio logístico e financeiro, o Secretariado Permanente foi estabelecido no ano de 2004, e em 2007 o governo chinês apresentou a proposta de regulamento para o enquadramento formal do Secretariado aos demais países-membros do Fórum. Desta proposta, resultaram duas contrapropostas por parte dos PLP, com destaque para a recusa à possibilidade de decisão por maioria simples na ausência de consenso (GASPAR, 2009), e que culminaram no Regulamento de Funcionamento do Secretariado Permanente do Fórum de Macau, aprovado durante a Quarta Reunião Ordinária do Secretariado, em março de 2008.

Estabelece-se que o Fórum terá um Secretariado Permanente responsável pelo contato diário entre o Ministério do Comércio da China e os PLP (MENDES, 2013), e será financiado tanto pelo governo chinês quanto pelo governo local macauense. O Secretariado é composto por um Secretário Geral designado pelo PCC e três Secretários Gerais Adjuntos – um nomeado pela China, outro pelo governo da RAEM e o terceiro de forma rotativa entre os PLP. Ademais, conta-se com três órgãos de apoio, sob coordenação do Secretário Geral Adjunto correspondente: o Gabinete de Administração composto por funcionários do Ministério do Comércio da China; o Gabinete de Apoio formado por colaboradores da RAEM; e o Gabinete de Ligação com os delegados dos PLP (GASPAR, 2009). Os delegados são os funcionários designados como Pontos Focais e responsáveis por veicular o que acontece no âmbito do Fórum aos seus respectivos governos nacionais.

Quanto às motivações para o estabelecimento do Secretariado Permanente do Fórum em território macauense, Leandro (2018) elenca quatro variáveis sobre o papel histórico-cultural-econômico da RAEM: (i) o uso oficial jurídico e administrativo da língua portuguesa em Macau e o apoio ao ensino do idioma, com destaque para o Instituto Politécnico de Macau; (ii) a organização de eventos coletivos como a procissão de Nossa Senhora de Fátima, o Festival Internacional de Música de Macau e os Jogos da Lusofonia; (iii) publicações da imprensa diária e do Boletim Oficial legislativo em português; e (iv) a institucionalização de práticas, como o próprio Fórum Macau.

Estas iniciativas proporcionam um ambiente familiar em território chinês para aqueles que vêm às reuniões do Fórum, e o governo chinês explora esta afinidade cultural

Figura 2: Estrutura do Secretariado Permanente do Fórum Macau



Fonte: Fórum Macau (2022)

existente com o objetivo de fomentar o *guanxi*¹ (MENDES, 2013). Como aponta Sofia Dias Ramos:

O Fórum de Macau faz, assim, numa vertente multilateral, a convergência da estratégia de diplomacia econômica da China para os PLP, com o auxílio da utilitária vertente da interculturalidade que legitima as relações entre as duas partes. Permite a maximização das potencialidades de Macau enquanto elo de ligação entre a China e os PALOP, sendo um instrumento da visão estratégica global chinesa segmentada para esse grupo de países, baseada na combinação das potencialidades diplomáticas e econômicas ao serviço da política externa (RAMOS, 2017, p.17)

Neste sentido, para além dos aspectos históricos e culturais, abrigar o aparato jurídico e institucional do Fórum atende aos interesses do PCC. A diplomacia chinesa, de modo geral, adota uma postura relutante quanto ao compartilhamento de controle com outras organizações regionais. No caso do FOCAC, por exemplo, a tentativa por parte dos países africanos de transferir o Secretariado do Fórum, hoje sob o escopo do Ministério das Relações

¹ expressão que designa a complexa rede de relações pessoais indispensáveis ao funcionamento social e político na China. O *guanxi* - que possui o sentido de reciprocidade e confiança - é fortalecido com interações sociais, como visitas, presentes e convites para ocasiões especiais (GASPAR, 2009, p.9).

Exteriores da China, para a União Africana não recebeu apoio do governo chinês (JAKÓBOWSKI, 2018).

Com o Secretariado Permanente do Fórum Macau em seu território, o governo garante o controle do arranjo institucional e promove a vinda de ministros e empresários para as atividades promovidas pelo Fórum, atendendo aos objetivos tanto de política externa chinesa – ao promover uma imagem positiva da China às elites dos PLP – quanto de política interna, por meio da diversificação da economia de Macau ainda dependente da indústria de jogos (MENDES, 2013). Como aponta Cátia Miriam Costa (2020, p.47), “a disponibilidade [de Macau] para custear despesas administrativas das organizações e financiar alguns dos programas aí negociados concede-lhe, também, uma posição de liderança que noutros casos não obteria”. Neste sentido, cabe ressaltar que os esforços financeiros despendidos pelo governo da RAEM são maiores do que os oriundos do governo chinês. Dessa forma, a RPC se beneficia da prosperidade econômica de Macau para sustentar um Fórum que abrange os objetivos chineses de política externa e de cooperação com os PLP (GASPAR, 2009). Quanto aos aspectos econômicos e geoestratégicos, a escolha de Macau também se justifica pela sua estrutura administrativa da função pública e de seu sistema jurídico, já que a Região não possui dívida externa nem restrições cambiais e desfruta do estatuto de porto franco e território aduaneiro autônomo (IPIM, 2021).

As cinco reuniões ministeriais que ocorreram a partir de 2003 aprofundaram as metas econômicas dos Planos de Ação e trouxeram novos enfoques para a cooperação setorial. A 2ª Conferência Ministerial, realizada em 2006, contou com a presença do Conselheiro de Estado chinês Hua Jianmin, que presidiu a cerimônia de abertura e reforçou o papel de plataforma desempenhado por Macau (RAMOS, 2017). O Plano de Ação para a Cooperação Econômica

Tabela 1: O orçamento ao Fórum de Macau da RAEM em patacas (MOP)

Ano	Quantia (em MOP)
2012	96,841,500
2013	140,411,300
2014	84,961,100
2015	90,646,500
2016	157,696,900
2017	100,140,700

Fonte: XINTONG (2019)

e Comercial aprovado em 2006 traz, pela primeira vez, o nome de “Fórum Macau” no preâmbulo do documento, e avança quantitativamente o escopo de cooperação. Os ministros presentes acordaram no estabelecimento de uma meta para o comércio mútuo entre a China e os PLP com vista a aumentar, até 2009, as respectivas trocas comerciais para 45 a 50 bilhões de dólares, além da duplicação do valor do investimento estrangeiro direto chinês nos demais países do Fórum durante o triênio de 2007 a 2009 (FÓRUM MACAU, 2006). Além disso, os governos da China e de Portugal manifestaram interesse na concessão de empréstimos (800 milhões de RMB) e linhas de crédito (não inferior a 100 milhões de Euros) para projetos de investimento público prioritários aos PLP da África e da Ásia. Por fim, o item 9.2 do Plano traz, pela primeira vez, a intenção de criação de um mecanismo de financiamento próprio do Fórum:

Incentivar o desenvolvimento de esforços conjuntos entre as entidades financeiras dos respectivos países a fim de identificar, nomeadamente no quadro multilateral, fontes de financiamento para projetos de interesse comum, e estudar a viabilidade da criação de um mecanismo de cooperação financeira próprio do Fórum de Macau (FÓRUM MACAU, 2006, p.7).

A 3ª Conferência Ministerial de 2010 simboliza ainda mais a importância dada ao Fórum Macau por parte dos países membros. O evento contou com a presença de Chefes de Estado e de Governo, com destaque para o primeiro-ministro chinês Wen Jiabao e o Ministro da Economia de Angola Abrahão Gourgel. O principal ponto do Plano de Ação acordado na Conferência e válido para o triênio 2010-2013 é a criação do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, que seria promovido pelas instituições financeiras da China e da RAEM, “estando aberto à participação voluntária das instituições financeiras ou empresas dos países participantes do Fórum de Macau” (FÓRUM MACAU, 2010, p.10). Outro ponto de destaque do Plano é a iniciativa do governo da RAEM em criar um Centro de Formação do Fórum, com foco no ensino de idioma chinês e português e em cursos de especialização para quadros técnicos e governamentais oriundos dos países do Fórum (RAMOS, 2017). Manifesta-se também o incentivo à criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) em outros países do Fórum:

Os Ministros acordaram em encorajar, de acordo com as legislações vigentes nos respectivos Países, a viabilidade da criação de Zonas Econômicas Especiais, parques industriais e centros de logística, com o objetivo de atrair o investimento e estimular as atividades de negócios dos Países Participantes do Fórum de Macau e dos outros países e regiões (FÓRUM MACAU, 2010, p.4).

O objetivo principal do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento é a promoção do investimento empresarial sino-português, apoiando empresas chinesas na cooperação com as empresas dos países de língua portuguesa de forma a direcionar o investimento estrangeiro direto (FÓRUM MACAU, 2020b). Estabeleceu-se que a primeira fase do Fundo terá um aporte de 125 milhões de dólares, podendo chegar a 1 bilhão de dólares, e será de responsabilidade do Banco de Desenvolvimento da China e do Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Macau como principais investidores, concentrando-se no financiamento de empresas chinesas dos PLP (FÓRUM MACAU, 2020b). O Fundo segue os mesmos moldes do Fundo de Desenvolvimento China-África, com este sendo, inclusive, parte da equipe de gerenciamento. Além dos PLP estarem presentes em ambos, os fundos também se assemelham quanto à sua etapa de criação – criados por iniciativa chinesa durante as respectivas terceiras Conferências Ministeriais do FOCAC e do Fórum Macau –, e sua administração por parte do Banco de Desenvolvimento da China (REVISTA MACAU, 2017). Em 2017, a sede do Fundo foi transferida de Pequim para Macau com a intenção de reforçar o papel de Macau como plataforma financeira entre os países do Fórum (BRICS POLICY CENTER, 2017a).

Os projetos financiados pelo Fundo de Cooperação e Desenvolvimento podem ser recomendações tanto por parte do Secretariado Permanente do Fórum quanto por parte dos departamentos governamentais dos países-membros (REVISTA MACAU, 2017). Até hoje, três projetos foram aprovados pelo Fundo: (i) o projeto de cooperação agrícola em Moçambique para aumentar a produção de arroz e a eficiência do processo agrícola e reduzir o problema de segurança alimentar no país (FÓRUM MACAU, 2021); (ii) o projeto de abastecimento elétrico em Angola, sendo o projeto com maior extensão de linhas de transmissão do continente africano (FÓRUM MACAU, 2020c); e (iii) o projeto solar no Brasil para a produção de 200 megawatts de energia (MACAU HUB, 2017).

A 4ª Conferência Ministerial de 2013, que marca a celebração de dez anos da criação do Fórum, teve como destaque o pronunciamento do vice-primeiro-ministro chinês Wang Yang sobre a criação do que ficou conhecido como os “Três Centros”. A fim de incrementar o nível de cooperação comercial e fortalecer o papel de Macau como plataforma sino-lusófona, atribuiu-se ao governo da RAEM a construção de três Centros: Centro de Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa, Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e um Centro de Distribuição de Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa (FÓRUM MACAU, 2013). A iniciativa ficou conhecida como “Uma

Plataforma, Três Centros”, e vem sendo operacionalizada pelo governo da RAEM desde então (RAMOS, 2017).

A 5ª e mais recente Conferência ocorreu em 2016 e teve como base a Belt and Road Initiative, além de o Plano de Ação trazer, pela primeira vez, o reconhecimento da importância da BRI e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (FÓRUM MACAU, 2017). Os ministros também reconheceram a necessidade de adotar ações de divulgação da iniciativa macaense “Uma Plataforma, Três Centros” nos meios empresariais dos países-membros.

Tabela 2: Resumo das Conferências Ministeriais

Conferência Ministerial	Pontos-Chave do Plano de Ação
Primeira Conferência (2003)	Negócios, investimento e cooperação em agricultura, infraestrutura e recursos humanos.
Segunda Conferência (2006)	Avanço na cooperação do setor de turismo
Terceira Conferência (2010)	Lançamento do Fundo de Financiamento (US\$ 1 bilhão de dólares)
Quarta Conferência (2013)	Cooperação em educação, cultura e meio ambiente
Quinta Conferência (2016)	Desastres naturais e mudança climática

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em BRICS POLICY CENTER (2017)

Desde 2016, o Fórum não se reúne em nível ministerial. A 6ª Conferência prevista para 2018 foi adiada para 2020 pelo governo chinês com a justificativa de que a data coincidiria com as eleições do novo chefe do Governo e com as comemorações dos 20 anos do retorno de Macau à soberania chinesa (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2018). A partir de 2020, o surgimento do Covid-19 e de suas respectivas variantes e aumento do número de casos da doença, somado às rígidas medidas impostas pelo PCC para o controle da pandemia, ocasionaram em constantes adiamentos da Conferência, prevista para acontecer na primeira metade de 2022. A institucionalização do Fórum Macau desde sua criação em 2003 obteve êxitos tanto qualitativos quanto quantitativos, como propõe Ramos (2017). A priorização de áreas como cooperação empresarial, construção de infraestrutura e recursos humanos fez com que os Planos de Ação ganhassem progressivamente um aumento do número de metas objetivas, com valores estipulados para o triênio e revisitadas na Conferência seguinte. Sua

estagnação de reuniões de alto nível desde 2016 atenua o caráter multilateral que o Fórum vinha ganhando força, perceptível pela inserção de temas característicos de Organizações Internacionais nos últimos Planos de Ação, como o combate às mudanças climáticas, o amadurecimento institucional do Fundo de Financiamento e a consolidação de Macau como plataforma de serviços para a cooperação. Porém, o avanço da institucionalização do Fórum faz com que, mesmo sem as Conferências, o funcionamento do Fórum se mantenha, de forma que os delegados dos PLP, funcionários e empresários mantêm um contato constante na sede do Secretariado Permanente em Macau.

3.2 O PAPEL POLÍTICO DO FÓRUM NAS RELAÇÕES CHINA-PALOP

Embora o estatuto de criação do Fórum Macau apresente o Fórum como “uma instituição intergovernamental e multilateral de cooperação sem fins políticos” (FÓRUM MACAU, 2018, p.145), desde sua criação em 2003 o espaço também serve, direta e indiretamente, para atingir metas de política interna e externa dos atores envolvidos. O argumento central de trabalhos como o de Sofia Liliana Fernandes Gaspar é de que a maior contribuição do Fórum Macau é de fato de natureza política, por meio do que chama de “diplomacia de contato”, e que se relaciona com a prática do *guanxi* (GASPAR, 2009). Através do caráter permanente do Secretariado em Macau, a China inaugura um novo *modus operandi* diplomático, pautado na “rotinização dos contatos” (GASPAR, 2009, p.105) das reuniões de trabalho mensais, reuniões ordinárias anuais e as conferências trienais, e das trocas constantes entre os delegados – chamados de Pontos Focais – e os governos dos países-membros. Com isso, a China promove seus objetivos maiores de política externa – como o isolamento de Taiwan e o contrabalanço da hegemonia estadunidense – incorporando a prática do *guanxi* às relações internacionais que estabelece com a África Lusófona, de modo a criar conexões interpessoais de confiança entre os membros do Fórum Macau (GASPAR, 2009).

A utilização do Fórum Macau como ferramenta de *soft power* chinesa mostra-se de suma importância para duas questões vitais no planejamento estratégico do PCC e para as quais o Fórum tem contribuído positivamente: apresentar a RAEM como um exemplo de sucesso da fórmula “um país, dois sistemas” e inibir o reconhecimento diplomático de Taiwan por parte dos países do Sistema Internacional. Neste sentido, o conceito de *soft power* nos é

válido, uma vez que “é um símbolo essencial, senão o principal, do *status* internacional que determina a posição da China como grande potência” (REPNIKOVA, 2022, p.7). Atualmente existe um grande debate teórico entre os acadêmicos chineses Yan Xuetong e Yu Xintian com diferentes vertentes sobre o conceito, e quais as suas principais forças motrizes. O trabalho adota a abordagem que propõe que a essência do *soft power* chinês é baseada no poder político, tendo autores como Yan Xuetong e Jia Lizheng como seus principais expoentes. Já autores como Yu Xintian e Gao Zhanxiang veem no aspecto cultural, e não no político, o cerne do conceito de *soft power*. Sem deixar de lado o caráter cultural defendido por estes autores – até porque esta é a abordagem adotada por Hu Jintao e, posteriormente, Xi Jinping em seus discursos –, o trabalho lança mão do conceito de Yan Xuetong e Jia Lizheng, uma vez que, para atingir o objetivo de analisar o impacto político e econômico de Macau e de seu Fórum, esta abordagem se mostra válida para entender o poder político que motiva o *soft power* chinês.

Ambas as abordagens têm como precursor o trabalho de Joseph Nye, que define *soft power* como sendo a capacidade de definir a preferência dos demais Estados com base no exemplo e não na coerção, e é composto pelo atrativo cultural do país, sua ideologia e valores políticos e sua influência no Sistema Internacional (NYE, 1990). Por *hard power*, entende-se a utilização de meios coercitivos por parte dos Estados, seja o meio militar ou econômico. Em 2003, Nye agrega *hard power* e *soft power* em um novo conceito que passa a chamar de *smart power*, destacando que apenas a utilização do *soft power* não pode gerar políticas externas efetivas (NYE, 2009). Este aspecto complementar do conceito de *smart power* é consonante com o que defende autores como Yan Xuetong (REPNIKOVA, 2022). Para ele, o poderio militar e econômico característicos do *hard power* são condições prévias para o sucesso do *soft power*, embora reconheça a complementaridade e a relação simbiótica entre eles (LIU, 2016). O *soft power*, assim, não é dependente do poder cultural, mas sim do poder político, que deve ser mobilizado no âmbito interno e externo, e que pode ser definido como a habilidade de operacionalizar recursos, incluindo também recursos culturais, em prol das vantagens da nação (REPNIKOVA, 2022). É importante notar que o autor reconhece a importância do poder cultural no *soft power* chinês, mas atribui um peso maior ao poder político como sendo a principal variável do conceito.

Neste sentido, a abordagem chinesa para os países de língua portuguesa, e o Fórum Macau *per se*, tem como base o *hard power* econômico chinês, mas mescla uma série de iniciativas e interesses políticos que são característicos do *soft power*. O conceito de *soft power* também passou a ser parte dos discursos oficiais do PCC nos últimos anos. O ex-

presidente Hu Jintao, durante seu discurso oficial no 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China em 2006, defende que para a construção de uma sociedade próspera é preciso, dentre outros fatores, potencializar o *soft power* cultural chinês (CHINA, 2006). Jintao foi o responsável por popularizar o termo “ascensão pacífica chinesa” para definir que o crescimento econômico e militar chinês não colocaria riscos à segurança e à paz internacional, e um dos objetivos da China seria transcender a lógica da Guerra Fria e ascender como grande potência sobrepujando diferenças ideológicas (BIJIAN, 2005).

A diplomacia de contato mencionada anteriormente se difere de outras iniciativas multilaterais chinesas pelo fato de que o aparato institucional do Fórum estar situado em Macau atende, também, aos interesses econômicos e políticos do governo da RAEM. Esta especificidade da Lei Básica de Macau confere à RAEM um *status* internacional singular de flexibilidade diplomática para promover parcerias estratégicas que estão sob o âmago da China, mas que são do interesse estratégico do governo macauense. De acordo com o artigo 136º da Lei Básica da RAEM, que trata das atribuições para assuntos externos, Macau pode

Com a denominação de «Macau, China», manter e desenvolver, por si própria, relações, celebrar e executar acordos com os países e regiões ou organizações internacionais interessadas nos domínios apropriados, designadamente nos da economia, comércio, finanças, transportes marítimos, comunicações, turismo, cultura, ciência, tecnologia e desporto (CHINA, 1993, p.27).

Esta atribuição do modelo “um país, dois sistemas” reflete-se “nas competências e objetivos do Fórum de Macau, e constitui por isso a essência da ação do mesmo, enquanto mecanismo de cooperação trilateral que inclui a China, Macau e os PLP”. (GASPAR, 2009, p.30). O *status* internacional que a RAEM passa a gozar com a sua Lei Básica, somado às iniciativas que o Governo Central da China toma para promover o desenvolvimento econômico macauense – diversificando sua economia até então dependente do setor de cassinos e jogos, e fomentando o turismo dos países-membros do Fórum à RAEM – servem como exemplo do sucesso do modelo “um país, dois sistemas”, e tem como objetivo mostrar ao mundo, especialmente à Taiwan e Hong Kong, como o modelo garante um elevado grau de autonomia e prosperidade às RAE. Macau serve como exemplo de sucesso não apenas por aspectos econômicos e por estar inserida em iniciativas multilaterais como o Fórum, mas também por ter mantido seus traços culturais e históricos portugueses. É importante ressaltar que no caso de Macau, em comparação com Hong Kong, esta continuidade histórico-cultural se mostrou menos nociva aos interesses do governo chinês devido ao fato de que Portugal não mantinha qualquer tipo de iniciativa semelhante à inglesa. Isso é evidente no ensino do idioma

português e inglês nas atuais RAE. Em 1993, 70% dos cidadãos de Hong Kong falavam inglês, em comparação com apenas 3% de falantes de português em Macau, de acordo com dados do Censo de 2001 (BARRIOS, 2019). De acordo com Barrios (2019):

A situação atual de Macau se deve tanto ao passado colonial da cidade quanto à relação atual com a China continental. Ao não atender os interesses da maioria da população, Lisboa criou um déficit de governança que resultou em melhorias imediatas na vida dos cidadãos assim que Pequim voltou à cena (BARRIOS, 2019, p.3. Tradução nossa).

Além da demonstração do sucesso do modelo “um país, dois sistemas”, o Fórum Macau também desempenha o papel de aproximação com os países africanos com o objetivo de mitigar o reconhecimento de Taiwan como um Estado soberano por parte da África lusófona. Até o início da década, o continente possuía grande importância geopolítica para a questão de Taiwan devido ao fato de que quatro nações mantinham relações diplomáticas com Taipei – São Tomé e Príncipe, Gâmbia, Suazilândia (atual Eswatini) e Burkina Faso. Hoje, Eswatini é o único país africano que reconhece Taiwan. O principal exemplo desta investida chinesa é o caso de São Tomé e Príncipe. O país foi convidado a participar como membro observador do Fórum em 2013, durante a 4ª Conferência Ministerial, demonstrando a iniciativa chinesa de incorporar o país a sua esfera de influência. O país não participou da 5ª Conferência em 2016, e em dezembro de 2016, cortou relações diplomáticas com Taiwan. Apenas três meses depois, em março de 2017, São Tomé e Príncipe passa a ser membro permanente do Fórum Macau (BRICS POLICY CENTER, 2017b). O governo chinês também mantém sob o radar países que já mantiveram relações com Taiwan em algum momento. Guiné-Bissau estabeleceu relações diplomáticas com a China em 1974, e em 1990 rompeu laços para se aproximar de Taipei. Apenas em 1998 o diálogo entre China e Guiné-Bissau foi restabelecido, e, desde então, o PCC, com a finalidade de fidelizar Bissau, passou a conceder grandes financiamentos de obras públicas e para assistência orçamental direta (GASPAR, 2009). Ainda, durante os anos 90, Angola passou por uma crise financeira devido à queda do preço de commodities, impactando diretamente a exportação de petróleo bruto do país. Com isso, Taipei tentou encorajar o governo a reconhecer Taiwan por meio do envio de um oficial a Luanda por alguns meses com o objetivo de oferecer incentivos e possibilidades de acordos comerciais (CAMPOS; VINES, 2008). Todavia, Angola manteve relações com a China continental e nada resultou desta tentativa taiwanesa.

O mecanismo de cooperação trilateral mencionado anteriormente, também conhecido como “cooperação triangular”, busca reforçar a ligação entre a China e os PALOPS através de

Macau, mas também promover o desenvolvimento da RAEM e transformá-la em uma plataforma de comércio e de serviços à nível global (RAMOS, 2017). Esta lógica se insere na estratégia de Cooperação Sul-Sul que a China adota para o continente africano. Ao apresentar o seu modelo de desenvolvimento econômico nas regiões onde o modelo ocidental não tem gerado os resultados esperados, dissociando-se da democratização política e se posicionando como um “parceiro e não como um guia que dita as regras do relacionamento” (MENDES, 2010, p.39), a China se baseia num pragmatismo assertivo que já é característico de sua atuação no cenário internacional no século XXI, e pauta sua política externa “em conceitos securitários que procuram transmitir uma imagem pacífica – com base nos conceitos de “ascensão pacífica” e “desenvolvimento pacífico” – bem como em princípios nacionalistas defensivos – “uma China única” e “não-ingêrência nos assuntos internos de outros Estados” (MENDES, 2010, p.39).

Ao utilizar de forma pragmática a herança que Portugal deixa a Macau para benefícios políticos e econômicos (MENDES, 2013), o governo chinês cria um espaço de diálogo pautado no benefício mútuo e na não-intervenção em assuntos de política interna – o que alguns autores passaram a chamar de “Consenso de Pequim” ou modelo chinês (BAIG; BEG; TRISTAN, 2018) – apresentando-se como uma alternativa ao Consenso de Washington e ao modelo de desenvolvimento econômico do Ocidente. Com isso, dado o seu protagonismo econômico, a China garante que agendas e planos de ação discutidos estejam alinhados aos seus objetivos de política externa de forma mais assertiva do que em instituições multilaterais tradicionais, nas quais o país adota uma posição de maior conformidade com as normas estabelecidas (ALDEN; ALVES, 2017).

O papel político do Fórum Macau também atende às iniciativas do PCC de afirmação da China como potência, dando “resposta às ameaças que a China identifica com potencial de adiar a sua afirmação internacional” (GASPAR, 2009, p.109). A capacidade de influência da ideologia liberal estadunidense sobre os países do ocidente é menor, atualmente, em comparação com o período do pós Guerra Fria entre 1992 e 2015 (YAN, 2020) abrindo espaço para a inserção estratégica chinesa na África lusófona com base, também, nos antagonismos existentes entre as elites africanas e ocidentais (MENDES, 2013).

A diplomacia chinesa, desta forma, passa a utilizar fóruns como o Fórum Macau com o objetivo de aliar o “multilateralismo com características chinesas” (PAL; SINGH, 2020) a um processo de cooperação chamado “*hub-and-spoke*”, no qual as negociações bilaterais são priorizadas tendo a China como elo principal entre os países-membros (JAKÓBOWSKI, 2018). O projeto que melhor evidencia este movimento da diplomacia chinesa é a Belt and

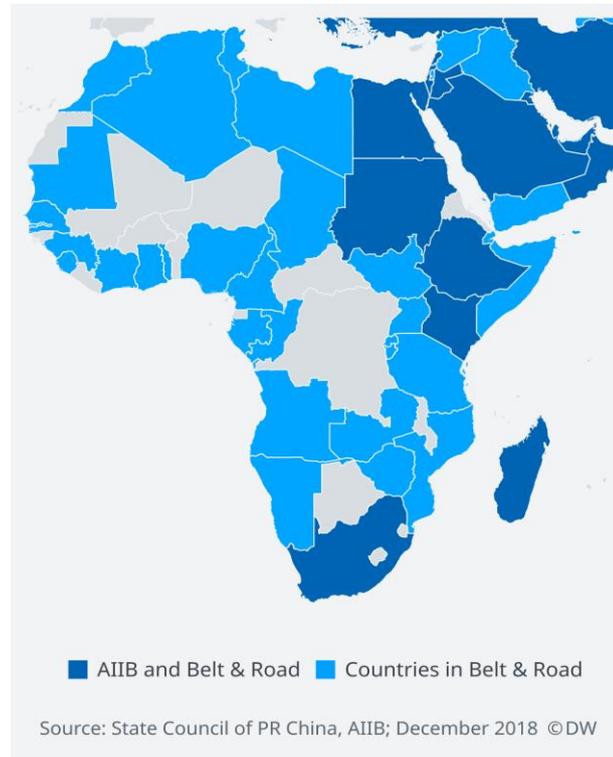
Road Initiative, um dos principais temas discutidos durante a 5ª Conferência Ministerial do Fórum Macau. Com a BRI, o governo chinês prioriza acordos bilaterais em vez de recorrer a instituições multilaterais e tem como objetivo principal estabelecer corredores econômicos terrestres e marítimos que partem da China e que, em coordenação com políticas econômicas regionais, tornam o país o núcleo de uma rede global multidimensional de infraestruturas (GASPAR, 2009). Os demais países participantes gozam de financiamentos para a construção da infraestrutura de comunicação e transporte necessárias e das negociações bilaterais estabelecidas com o governo chinês, mas sempre dependentes dos acordos com Pequim (PAL; SINGH, 2020). Este processo de cooperação propicia um arranjo no qual a China aumenta sua esfera de influência e passa a ter capacidades econômicas suficientes para redefinir as estruturas multilaterais vigentes da ordem liberal.

O governo chinês também atribui ao Fórum Macau uma função complementar de aproximação dos PALOPS à BRI. Além do enfoque dado à Iniciativa durante a 5ª Conferência Ministerial de 2016, países como Angola e Moçambique terão um papel estratégico nas rotas comerciais ferroviárias da BRI. O plano de revitalização da Ferrovia Tanzania-Zambia, construída com a ajuda chinesa nos anos 70, está inserido em um contexto maior de conexão intermodal africana. A Ferrovia é conectada ao Porto de Dar Es Salaam, na Tanzânia, e um dos projetos da BRI é conectar este ao Porto de Lobito, na Angola, por meio da Ferrovia Lobito-Luau, que já está operando desde o ano de 2015. Além disso, a Companhia de Engenharia e Construção Civil da China está construindo uma outra ferrovia de 400km de extensão que conecta Zambia à costa de Moçambique via Malawi (BREUER, 2017). Com isso, o projeto da BRI cria *hospots* de transporte intermodal nos países lusófonos, que, somados a outras nações africanas como Djibouti, Quênia e Etiópia, estabelecerão uma nova rota comercial conhecida como “Rota da Seda Marítima”.

Outra questão política envolvendo o Fórum Macau é a sua atuação junto à CPLP. Enquanto o Brasil assume uma posição de liderança na CPLP, especialmente por meio da Cooperação Sul-Sul com países como Angola e Moçambique, o Fórum Macau surge como uma alternativa encabeçada pela China, e que o governo brasileiro vislumbra como uma ameaça aos seus interesses nacionais na África lusófona. Este é um dos fatores que explica a resistência por parte do Itamaraty em participar de forma ativa do Fórum Macau (VELOSO, 2016). O enfoque estratégico do governo chinês aos PALOPS no âmbito do Fórum Macau se dá por alguns motivos: (i) diversificar as importações de recursos alimentares, energéticos e minerais oriundas, até então, do Golfo Pérsico; (ii) obter acesso a um amplo mercado consumidor de bens de baixo custo que o país exporta; (iii) permitir a internacionalização de

empresas chinesas para a África; e (iv) aperfeiçoar o *soft power* chinês e sua imagem no continente (RAMOS, 2017).

Figura 3: Países africanos no *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) e na BRI



Fonte: SILJA FRÖHLICH (2019)

Dadas estas questões que giram em torno de dois objetivos principais do PCC – a retomada de soberania sobre Taiwan e o sucesso do modelo “um país, dois sistemas” – o conceito de “jogos de dois níveis”, de Robert Putnam, torna-se útil para compreender o papel político que o Fórum Macau desempenha. Devido ao fato de não ser uma teoria estadocêntrica, a abordagem nos permite tratar das variáveis internas e externas que incidem sobre os governos da China, da RAEM e dos PLP. Como propõe Putnam (2010)

Os poderes executivos centrais têm um papel especial na mediação das pressões domésticas e internacionais exatamente porque estão diretamente expostos a ambas as esferas e não porque sejam unificados em todas as questões ou porque estejam insulados em relação à política doméstica (PUTNAM, 2010, p.151).

No caso do Fórum Macau, o PCC busca minimizar as consequências adversas das evoluções externas de outros países na África lusófona – nomeadamente a presença estadunidense e o número de países africanos que reconhecem Taiwan – por meio da

iniciativa da criação do Fórum. O governo da RAEM, por sua vez, maximiza seus interesses internos ao vislumbrar no Fórum uma possibilidade de diversificação econômica e expansão internacional, mesmo que com isso seja necessário um acordo com a China continental para o financiamento do Secretariado em seu território. Com o Secretariado na China, o PCC garante o controle do aparato institucional e, somado a outros fatores, a liderança do mecanismo multilateral. Os PLP, em nível nacional, passam a estabelecer diálogos em uma plataforma de maior exclusividade quando comparada a outros organismos internacionais, manifestando seus interesses de cooperação bilateral com a China. Este jogo de soma positiva entre as partes faz com que países que mantêm relações com Taipei tenham um custo de oportunidade maior do que se estabelecessem laços com Pequim.

O interesse chinês na África lusófona, especialmente nos países cuja economia é dependente da exportação de commodities como o petróleo bruto, tem também como o objetivo a segurança energética chinesa de longo prazo. Angola destaca-se nesse sentido, utilizando-se tanto de plataformas como o Fórum Macau como da relação bilateral e da concessão de linhas de crédito como forma de estreitamento das relações diplomáticas e da inserção estratégica chinesa no continente.

4 RELAÇÕES CHINA-ANGOLA

Embora os laços diplomáticos entre China e Angola tenham sido estabelecidos no ano de 1983, foi só a partir de 2002, com o fim da Guerra Civil Angolana, que a relação entre os países adotou um viés econômico e não mais de segurança e defesa. No início dos anos 90, a China não possuía mais autossuficiência petrolífera e começou a sofrer os impactos das flutuações do preço de commodities no mercado internacional. Com isso, o país passou a importar petróleo de países com os quais possuía proximidade ideológica e em que os EUA tinham dificuldade em se inserir (VISENTINI; ZIEBELL, 2012). As relações entre China e Angola se deram de forma amigável desde os anos 70, dentre outros fatores, pelo fato de que ambos os países possuem governos com ideologias semelhantes, de inspiração marxista leninista (HORTA, 2006).

O ponto de inflexão desta relação bilateral ocorre no ano de 2002. Após trinta anos de Guerra Civil, o presidente José Eduardo dos Santos colocou como principal objetivo político de seu governo a reconstrução da infraestrutura pós-conflito e o rápido

desenvolvimento socioeconômico. Para isso, de acordo com o banco angolano BIC, o país precisava de US\$ 15 bilhões de dólares em empréstimo direto, sendo que os bancos nacionais e outras instituições de crédito tinham capacidade para apenas US\$ 4 bilhões de dólares (IDE, 2017). Dado que Angola já possuía uma dívida de US\$ 11 bilhões de dólares com o Clube de Paris², sua única alternativa de crédito externo seria através do FMI, que cobraria reformas institucionais como contrapartida ao empréstimo. Uma destas reformas propostas pelo Fundo passaria pelo desmantelamento da gestão da Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola), principal petrolífera estatal angolana. Na época, a empresa desempenhava um papel central no governo de Dos Santos, já que era responsável pela gestão do principal produto exportado por um país que se mantinha como uma das economias menos diversificadas do mundo. Em contrapartida, o país vivia um momento inicial de crescimento econômico, uma vez que o final da Guerra Civil coincidiu com um momento chamado de “super ciclo das commodities”, com um aumento considerável do preço nos anos posteriores (DE CARVALHO; KOPÍŃSKI; TAYLOR, 2021).

Com isso, o diálogo com o FMI não se concretizou, e a China entrou nas negociações de empréstimo com Angola bilateralmente. Um evento chave que marca essa mudança de abordagem por parte da diplomacia chinesa ocorre em março de 2004, quando o Banco de Exportação e Importação da China (EXIMBANK) forneceu o primeiro empréstimo de 2 bilhões de dólares, tendo como garantia o petróleo angolano, para o financiamento de obras de reconstrução de infraestrutura (CAMPOS; VINES, 2008).

Gráfico 1: Comércio bilateral entre China e Angola (em bilhões de dólares)



Fonte: DE CARVALHO; KOPÍŃSKI; TAYLOR (2021)

² O Clube de Paris é um grupo informal de credores oficiais cujo papel é encontrar soluções coordenadas e sustentáveis para as dificuldades de pagamento dos países devedores (CLUB DE PARIS, 2022).

Para Angola, o acordo firmado com a China possuía duas características importantes: o não envolvimento chinês nos assuntos domésticos do país, especialmente quando comparado às solicitações de maior transparência governamental propostas pelo FMI como condição para o empréstimo, e a alta liquidez dos bancos chineses, que possibilitava que os empréstimos ao país passassem a ser um processo contínuo (IDE, 2017). A contrapartida para o financiamento, além de o financiamento ser apoiado no petróleo bruto angolano, era de que o Estado angolano se comprometeria a conceder 70% dos projetos de infraestrutura financiados pela China para companhias e empresas chinesas, fazendo com o que país se inserisse estrategicamente no território angolano e fomentasse a geração de empregos chineses na construção civil (KURLANTZICK, 2007). Foi o primeiro acordo de crédito por parte da China que contou com uma condicionalidade percentual às empresas chinesas (COPPER, 2016).

4.1 A PARCERIA ESTRATÉGICA SINO-ANGOLANA

A partir de 2002, as relações sino-angolanas se deram tendo como pano de fundo o que autores como (CORKIN, 2011) passaram a chamar de “Modelo Angolano”, uma aplicação do modelo chinês de desenvolvimento baseado na Cooperação Sul-Sul ao caso específico de Angola. O modelo chinês, também nomeado por alguns autores como “Consenso de Pequim”, refere-se aos termos nos quais a China busca influenciar a ordem internacional, com destaque para o crescimento econômico e a autodeterminação (QASEM; DOGEN; RIDDER, 2011). O termo foi introduzido pela primeira vez em 2004, por Joshua Cooper Ramo, que estabeleceu que o Consenso de Pequim possuía três características principais: (i) desenvolvimento baseado na inovação, com alto investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e em educação; (ii) indicadores alternativos para medir o sucesso econômico, rejeitando o conceito de PIB *per capita* e adotando uma abordagem que prioriza a sustentabilidade e qualidade de vida; e (iii) não interferência na política interna dos demais países (RAMO, 2004). Este terceiro ponto é importante para contrabalancear a hegemonia estadunidense, uma vez que os países em desenvolvimento veem no Consenso de Pequim uma alternativa atraente às estratégias de desenvolvimento ocidental baseadas no livre mercado e na democracia (QASEM; DOGEN; RIDDER, 2011).

O modelo chinês de cooperação está fortemente presente no discurso chinês sobre as relações sino-africanas. O Consenso de Pequim não rejeita todos os princípios do Consenso de Washington, mas os adapta para o seu interesse nacional. Um dos princípios dos quais a China lança mão diz respeito às privatizações. Uma vez que o sistema político chinês é centralizado no PCC, os entraves de negociação com outros atores – como lobbistas – são reduzidos, e isso é visto com bons olhos tanto pelas autoridades chinesas quanto pelas autoridades africanas (NASCIMENTO, 2020). Devido à existência do modelo chinês de cooperação, países africanos que não possuem regimes considerados democráticos têm a opção de rejeitar condições impostas pelos países ocidentais e instituições financeiras internacionais, e Angola é o principal exemplo disto (JUREŃCZYK, 2020). Alguns autores defendem, inclusive, que o modelo chinês de cooperação pode ser analisado como um dos principais pontos da estratégia de *soft power* do país. Wang Yiwei, professor da Escola de Relações Internacionais da Universidade Renmin da China argumenta que

(...) os recursos de *Soft Power* da China são principalmente três: Primeiro, a ampla e profunda cultura chinesa. A excelente cultura tradicional chinesa é o sangue cultural e o gene espiritual da nação chinesa, e precisa ser criativamente transformada e desenvolvida sob novas condições históricas. O segundo é o emergente "modelo chinês". À medida que a iniciativa "Um Cinturão, Uma Rota" causou respostas amplas e positivas no mundo, mais e mais países encontraram alternativas para o caminho da modernização ocidental a partir do sucesso da China e aprenderam ativamente com o modelo chinês. O terceiro é o Sonho Chinês agora defendido (王义桅, 2017, p.1. Tradução nossa)

Neste modelo, os bancos chineses são atores chave. Em 1994, o governo chinês estabeleceu mudanças institucionais no sistema bancário do país que definiram as diretrizes do setor a partir de então. A principal mudança foi que os quatro bancos comerciais – nomeadamente Banco Industrial e Comercial da China, Banco de Construção da China, Banco da China e Banco de Agricultura da China – foram convertidos a bancos estatais comerciais, e foram criados três bancos estatais de desenvolvimento – o Banco de Desenvolvimento da China (CDB, em inglês), o Banco de Exportação e Importação da China (EXIMBANK, em inglês) e o Banco de Desenvolvimento Agrícola da China (ADBC, em inglês) (CHO, 1998). A iniciativa surgiu, dentre outros fatores, como uma alternativa para atenuar os efeitos da crise financeira asiática de 1997 (SHARMA, 2002).

As mudanças buscavam transformar os bancos estatais comerciais em bancos comerciais de fato, passando a ter maior autonomia e a serem responsáveis por possíveis prejuízos durante a sua operação, não sendo mais obrigados a realizar empréstimos para empresas estatais. Estes ficariam a cargo dos três bancos estatais de desenvolvimento, que

cuidariam da concessão de empréstimos a projetos considerados importantes de acordo com as políticas e os objetivos governamentais. Com isso, esperava-se que a separação das funções de empréstimos impediria a transferência de verbas destinadas a projetos estaduais a outros projetos, além de proibir o Banco Central da China de emitir empréstimos a empresas (SHARMA, 2002).

Os três bancos estatais de desenvolvimento criados possuem diferentes atribuições. O CDB oferece financiamento de médio e longo prazo para o desenvolvimento das seguintes áreas: infraestrutura nacional, indústria primária e desenvolvimento urbano e regional, principalmente por meio de financiamento a pequenas empresas, investimento rural e iniciativas ambientais. O EXIMBANK opera na facilitação da exportação e importação de bens mecânicos e eletrônicos chineses, equipamentos e alta tecnologia. Possui quatro escritórios de representação no exterior, sendo que dois destes estão na África. Por fim, o ADBC é um banco de política agrícola estatal que tem como objetivo a angariação de fundos para empresas de política agrícola; o fomento às empresas de crédito para políticas agrícolas especificadas pelo governo; e o apoio aos estabelecimentos comerciais relacionados à agricultura (BRICS POLICY CENTER, 2017c).

O chamado “Modelo Angolano” se refere ao modelo chinês de cooperação aplicado ao caso angolano e se baseia na utilização dos recursos naturais de Angola, nomeadamente, o petróleo bruto, como garantia para o financiamento chinês para obras de desenvolvimento e de infraestrutura (CORKIN, 2011). Leva este nome por alguns autores por ter sido o primeiro país no qual a China adotou este tipo de condicionalidade ao financiamento, mas a estratégia vem sendo replicada em outros países africanos que possuem grandes reservas petrolíferas, como Sudão e Nigéria. Além disso, Angola também utiliza o petróleo como garantia de empréstimos que mantém com outros países, como Brasil e Israel, porém a China é o país com a maior concessão de crédito (DE CARVALHO; KOPÍŃSKI; TAYLOR, 2021). O “Modelo Angolano” consiste, assim, na concessão de empréstimos a juros baixos a nações dependentes de commodities, como combustíveis fósseis, garantindo o fornecimento de petróleo bruto às empresas chinesas que, em contrapartida, participam na implementação de projetos de desenvolvimento nos países (JUREŃCZYK, 2020). Essa estratégia tem como um de seus objetivos principais a segurança energética da China.

Os principais atores envolvidos no financiamento são o EXIMBANK e o CDB. Entre os anos de 2004 e 2010, o EXIMBANK foi responsável por fornecer os primeiros empréstimos à Angola, no valor total de US\$ 10.5 bilhões de dólares, que são administrados pelo Ministério de Finanças de Angola. Embora o total dos empréstimos chineses para Angola

não seja conhecido, estima-se que entre 2000 e 2018 o valor foi de aproximadamente US\$ 43 bilhões de dólares – incluindo empréstimos governamentais, dos bancos estatais e de contratantes –, fazendo do país o principal destino de empréstimos chineses na África (CARI, 2019). Destes 43, 20 bilhões são dívidas com bancos estatais – EXIMBANK, CDB e o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC) (CHAKRABARTY, 2021). Além dos financiamentos de médio e longo prazo, o CDB também possui seis subsidiárias distribuídas em território nacional que apoiam o desenvolvimento de negócios. Uma destas subsidiárias é o *China-Africa Development Fund*, criada após a reunião ministerial do FOCAC de 2006. Além disso, o *China-Africa Development Fund* também é responsável pela gestão do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa (FÓRUM MACAU, 2020b).

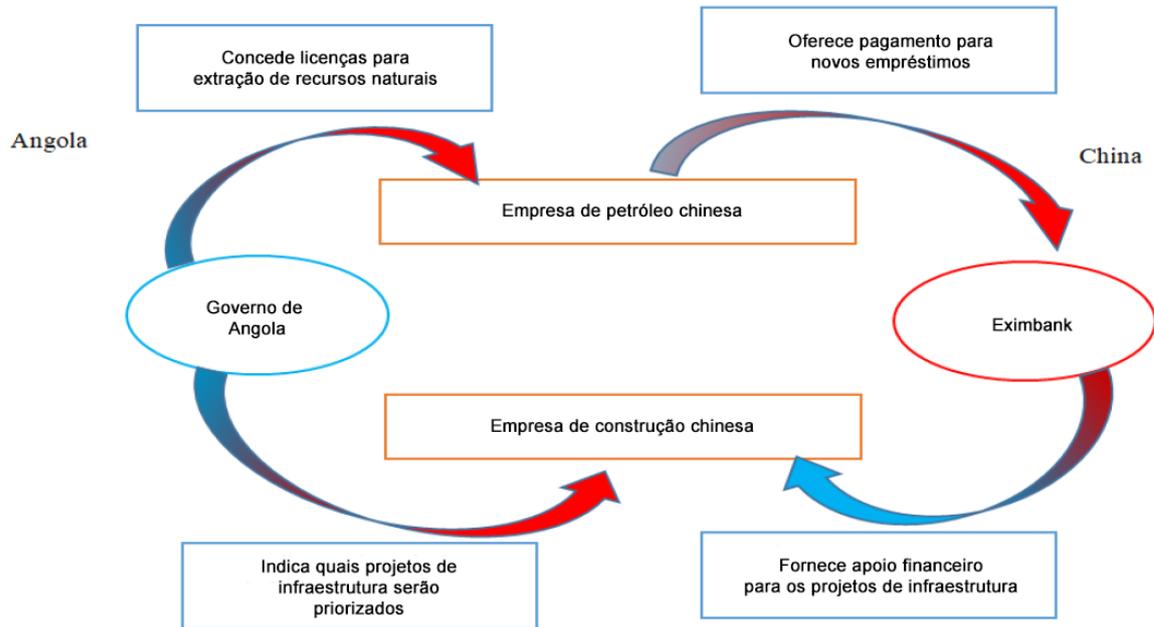
A atribuição sobre quais projetos nacionais serão financiados fica a critério do governo angolano. Como aponta Pautasso (2009, p.28)

Os projetos são apresentados pelo governo angolano e encaminhados através do Grupo de Trabalho Conjunto, formado pelo Ministério das Finanças de Angola e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Comerciais da China (MOFCOM). Um Gabinete de Apoio Técnico de Gestão da Linha de Crédito da China acompanha a execução de projetos financiados. Somente após a conclusão da obra, o Eximbank realiza o pagamento às empresas contratadas (geralmente, as empreiteiras chinesas) pelo débito da importação de petróleo angolano (com taxas de juros baixas e prazos alongados de pagamento sem mobilização de moeda forte – dólar)

O modelo chinês de cooperação é consonante com outros contratos de empréstimo assinados pelo governo chinês para o custeio de grandes projetos de infraestrutura. O centro de pesquisa AidData realizou uma análise sistemática dos termos legais de 100 contratos entre entidades estatais chinesas e governos nacionais, e os dados mostram que o principal setor contemplado pelo financiamento chinês é o de transporte e armazenamento (GELPERN et al., 2021). Destes 100, 76 são contratos atribuídos ao EXIMBANK, e 47 são estabelecidos com países do continente africano.

Esta percentagem restrita às empresas estatais chinesas, embora gere descontentamento por parte das construtoras nacionais angolanas que possuem apenas 30% de envolvimento exclusivo nas obras de infraestrutura financiadas pelo Eximbank, possui o lado positivo de reduzir custos e permitir que se opere a uma taxa de lucro mínima de 3%, em comparação com as taxas de 15% dos empréstimos europeus (PRITCHETT, 2010).

Figura 4: Fluxograma do modelo de investimento chinês em Angola



Fonte: BEGU et al. (2018. Tradução nossa)

As obras de infraestrutura de maior destaque foram implementadas por empresas estatais chinesas. Destaca-se a ferrovia de 1.344 km construída pela China Railway Construction Corporation que liga Lobito a Luau, com um custo de US\$ 1.7 bilhões de dólares, e o investimento de US\$ 1.7 bilhões de dólares na reforma e modernização do porto de Lobito (DUGGAN, 2015). Ambos os projetos fazem parte da estrutura prevista para o continente africano da BRI, e desempenharão papel fundamental na chamada Rota da Seda Marítima. Além disso, companhias de telecomunicações chinesas como Huawei e ZTE foram as responsáveis pela implementação da telefonia móvel 4G em Angola (HESS; AIDOO, 2014). Existem ainda projetos financiados por outras entidades chinesas, como a construção do Aeroporto Internacional de Angola por parte do China International Fund, com um custo estimado de US\$ 6.3 bilhões de dólares (FIGUEIREDO; GAMA, 2018).

A parceria sino-angolana também é notável na formação das elites políticas africanas. Para além da relação mantida entre o PCC e o MPLA desde o período da Guerra Civil, a China também fomenta o aperfeiçoamento de lideranças do país por meio da capacitação direcionada aos partidos políticos vigentes. Em fevereiro de 2022, o governo chinês inaugurou a Escola de Liderança Mwalimu Julius Nyerere na Tanzânia, fundada por seis partidos do sul da África, incluindo o MPLA. O objetivo da Escola é criar uma plataforma

para que os membros do partido possam melhorar suas capacidades de governança e liderar o desenvolvimento dos seus povos. Como salientou o presidente Xi Jinping na inauguração, “A China e a África precisam fortalecer a solidariedade e a cooperação mais do que nunca para lidar com riscos e desafios, promover o desenvolvimento comum e melhorar o bem-estar da população” (XI, 2022, p.1). Além disso, também é importante apontar a parceria entre as empresas estatais chinesas no que tange a projetos de educação. A companhia estatal CITIC Construction foi responsável, em 2015, por patrocinar a construção do primeiro Instituto Confúcio no país, assim como já havia feito anteriormente com a construção do Centro para a Formação Profissional BN-Angola CITIC. O embaixador chinês em Angola, Gao Kexiang, aponta que o principal objetivo destas ações é promover a amizade entre China e Angola e retribuir a comunidade local (PEOPLE’S DAILY, 2015).

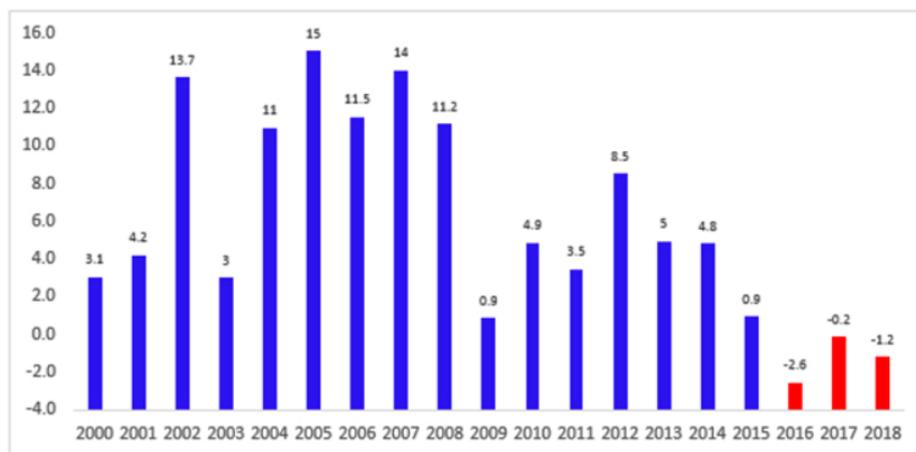
Paralelamente, Pequim desenvolve projetos para o estabelecimento de ZEEs em países africanos. No caso de Angola, A ZEE Luanda-Bengo foi criada no ano de 2009, após o tema ser discutido na Cúpula de 2006 da FOCAC. O tema também obteve atenção no âmbito do Fórum Macau, com o 3º Plano de Ação de 2010 incentivando a criação de novas ZEEs de acordo com as legislações nacionais vigentes (FÓRUM MACAU, 2010). Tal incentivo é uma tentativa de reproduzir o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo chinês, “uma vez que na China a implantação de zonas como essas teria sido responsável pelo aumento do investimento direto estrangeiro e pelo consequente desenvolvimento do país” (VISENTINI; ZIEBELL, 2012, p.33). A Zona Econômica Especial Luanda-Bengo constitui-se como o maior espaço em Angola para o estabelecimento de indústrias, e abriga diversas empresas chinesas desde sua criação. A montadora chinesa Huatai é um dos principais exemplos de sucesso da ZEE. Introduzida em 2014, os veículos da empresa se tornaram populares em Angola nos anos seguintes, e dados de 2019 apontam que um em cada dez carros angolanos pertencem à marca (XINHUA, 2019). O incentivo à criação de ZEEs em outros países está alinhado à política chinesa adotada durante a sua modernização com Deng Xiaoping. “A ênfase no crescimento econômico sustentável e equitativo está no centro dos esforços do governo para reconciliar um regime comunista com uma economia capitalista (QASEM; DOGEN; RIDDER, 2011, p.3).

Embora o panorama econômico angolano tenha tido um período próspero após a parceria estratégica com a China – com taxas de crescimento anual do PIB acima de 15% no início do século (CAMPOS; VINES, 2008) – a alta dependência da exportação de petróleo bruto e a queda do preço da commodity no mercado internacional em 2014 promoveram uma desaceleração da economia e um período de recessão econômica desde 2015. A queda no

preço do barril do petróleo no período se deu devido ao aumento da oferta por parte dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) como forma de frear o avanço da produção de óleo de xisto pelos Estados Unidos, reduzindo o valor do barril na tentativa de inviabilizar a exploração estadunidense e reduzir a concorrência. Com a queda dos preços, a dívida externa angolana aumentou consideravelmente. Em 2016, ela correspondia a 198% do PIB angolano, fazendo com que debates acerca da renegociação da dívida começassem a surgir (CHAKRABARTY, 2021).

Com base nos dados do Observatório de Complexidade Econômica do MIT, no período entre 2009 e 2019, o petróleo bruto foi responsável por 89,3% do total das exportações angolanas, representando um total de US\$ 498 bilhões de dólares, sendo que 49,1% deste teve como destino a China (OEC, 2022a). O país é dependente do mercado externo tanto para o abastecimento das suas demandas nacionais quanto para a exportação, uma vez que sofre os impactos da flutuação de preços do petróleo bruto. Ainda, a balança comercial angolana demonstra como o passado colonial se mantém presente nas atuais relações comerciais com o país. Quando olhamos para a origem das importações angolanas, o cenário é um pouco mais diversificado. A China segue como principal país exportador para Angola, responsável por 21,6% do total, seguida por Portugal com 14,6%. Ambos os países têm em Angola o seu principal parceiro econômico no continente africano (OEC, 2022b).

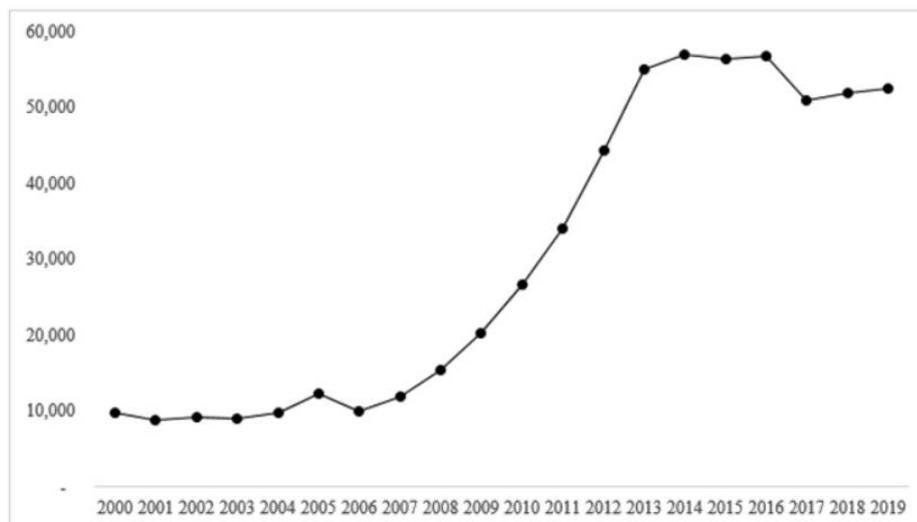
Gráfico 2: Crescimento do PIB de Angola (2000-2018)



Fonte: CHAKRABARTY (2021)

Quanto à origem das importações chinesas de petróleo bruto no mesmo período de 2009 a 2019, Angola é o segundo principal parceiro chinês (14% do total), atrás apenas da Arábia Saudita (16,9%). Nesse sentido, Angola também desempenha um papel importante para os EUA como fornecedor de petróleo bruto, mesmo que em valores nominais, o total exportado para o país seja consideravelmente inferior – 11,5% do total das exportações de petróleo bruto angolano, em comparação com 49,1% para a China. Ao se analisar a participação dos cinco principais países exportadores de petróleo para os Estados Unidos em 2009 com as suas respectivas participações em 2019, percebe-se um aumento substancial da participação canadense, mostrando uma tendência estadunidense de garantir pelo menos metade das suas importações de óleo bruto oriundas do USMCA, acordo que substituiu o NAFTA. Essa tendência, dentre outros fatores, se explica pelo fim da importação de petróleo venezuelano, que figurava como o segundo principal país em 2009. Da mesma forma, no caso chinês percebe-se o decréscimo das importações angolanas e o aumento da presença russa. No caso de Angola, as exportações correspondiam a 19,3% do total em 2009 e passaram a 9,8% em 2019. Apesar de, durante alguns anos recentes, Angola disputar o topo das exportações de petróleo para a China com a Arábia Saudita, no panorama atual ela foi ultrapassada tanto por Rússia quanto por Iraque, e mantém proporções semelhantes às exportações do petróleo brasileiro (NYABIAGE, 2021).

Gráfico 3: Dívida externa angolana (em milhões de dólares)



Fonte: CHAKRABARTY (2021)

Dentre os motivos desta queda, alguns autores apontam a renúncia do presidente José Eduardo dos Santos, após 38 anos no poder, como um dos principais fatores. Além do fato de sua saída no ano de 2017 coincidir com o período de recessão econômica do país, Dos Santos mantinha laços estreitos com o governo chinês. Seu governo foi marcado por grandes escândalos de corrupção, que vieram à tona após a divulgação do chamado Luanda Leaks, documentos e investigações sobre o envolvimento do presidente e de seus aliados e familiares em casos de desvio de recursos estatais. A filha do presidente, Isabel dos Santos, foi nomeada pelo pai para a função de presidente do conselho de administração da petrolífera estatal Sonangol, e dados apontam que Isabel se apropriou indevidamente de fundos estatais e de empréstimos concedidos à Angola. A família se beneficiava de contratos públicos governamentais tanto por meio da Sonangol – que possui um “rombo” de US\$ 32 bilhões de dólares denunciado pelo FMI e que nunca foi esclarecido nas contas orçamentais oficiais (WROUGHTON, 2012) – quanto por meio de mais de 400 empresas situadas em 41 países, das quais 100 destas estão localizadas em paraísos fiscais, controladas direta e indiretamente por Isabel (AFRIKA SÜD, 2020). Em 2011, ela entrou para a lista da Forbes de mais ricos do mundo e se tornou a mulher mais rica do continente africano. Alguns economistas apontam que em torno de US\$ 100 bilhões de dólares no total foram desviados de recursos estatais para empresas privadas sob comando do então presidente ou de pessoas de sua família (DE CARVALHO; KOPÍŃSKI; TAYLOR, 2021).

Com a renúncia de José Eduardo dos Santos, o novo presidente – do mesmo partido, MPLA – assume em 2017. João Manuel Gonçalves Lourenço adota uma postura de ruptura com o legado de corrupção e de dependência chinesa adotado em Angola nos últimos anos. Um de seus primeiros movimentos na presidência é a retirada de Isabel do comando da Sonangol, bem como José Filomeno dos Santos, outro filho do ex-presidente, que estava no comando do Fundo Soberano de Angola. Buscando se distanciar do “Modelo Angolano” característico do período de Dos Santos, Lourenço manifesta desde o início do seu mandato sua luta anticorrupção e seu desejo pela diversificação dos destinos de exportação de petróleo angolano, com o objetivo de romper com a dependência com Pequim (DE CARVALHO; KOPÍŃSKI; TAYLOR, 2021). João Batista Borges, Ministro de Energia e Água de Angola, defende que

A preferência do governo Dos Santos por acordos chineses continua a prejudicar Angola. (...) Detalhes importantes sobre esses acordos financeiros - incluindo taxas de juros, cronogramas de reembolso e quantidade de petróleo exportada para a China como pagamento – são desconhecidas fora dos pequenos círculos do governo (FIGUEIREDO; GAMA, 2018, p.3).

Nesse sentido, dados os escândalos de corrupção envolvendo a Sonangol, a relação amigável e próxima que mantinha com a Sinopec – principal empresa petrolífera chinesa – e as investigações incentivadas por Lourenço para rever termos contratuais estabelecidos com a China, o governo chinês viu seus interesses estratégicos sendo “expostos”, o que fez com que optasse por reduzir o seu envolvimento em Angola (VINES, 2016). As tentativas de separação entre Sinopec e Sonangol se mostraram improdutivas e reforçaram a noção de que a presença chinesa em Angola se apoiava em uma relação acolhedora com a Sonangol sob o comando da família Dos Santos (ALVES, 2013). Com isso, a China vem reduzindo sua dependência do petróleo angolano e diversificando suas fontes de importação para os países do Oriente Médio e da América Latina, especialmente devido à renegociação da dívida externa angolana com a China e as mudanças contratuais dos empréstimos chineses que o presidente Lourenço tem buscado alterar. Em um evento promovido pelo *Council on Foreign Relations*, Lourenço trouxe que o conceito de empréstimos tendo o petróleo como garantia seriam descontinuados (NYABIAGE, 2021). Além disso, a China vem adotando uma posição de liderança no que tange ao desenvolvimento sustentável de médio e longo prazo, indicando que no futuro a abordagem adotada será de descontinuidade da utilização de combustíveis fósseis (ROACH, 2019).

Com isso, o governo angolano se vê imerso em uma relação paradoxal, atualmente, com a sua parceria com a China. No início do século, a recusa às instituições financeiras internacionais e a aproximação com a China por meio de empréstimos tendo o petróleo angolano como garantia fizeram com que o desenvolvimento do país e a reconstrução pós-conflito fossem muito bem-sucedidos. Porém, com a mudança de governo, a queda do preço do barril do petróleo e o aumento da dívida externa com a China fizeram com que, hoje, o governo angolano, na figura de Lourenço, recorra ao FMI e a própria China para a renegociação da dívida, visando à reestruturação do perfil econômico do país, promovendo uma imagem positiva para atrair investimento estrangeiro (PEREIRA, 2021).

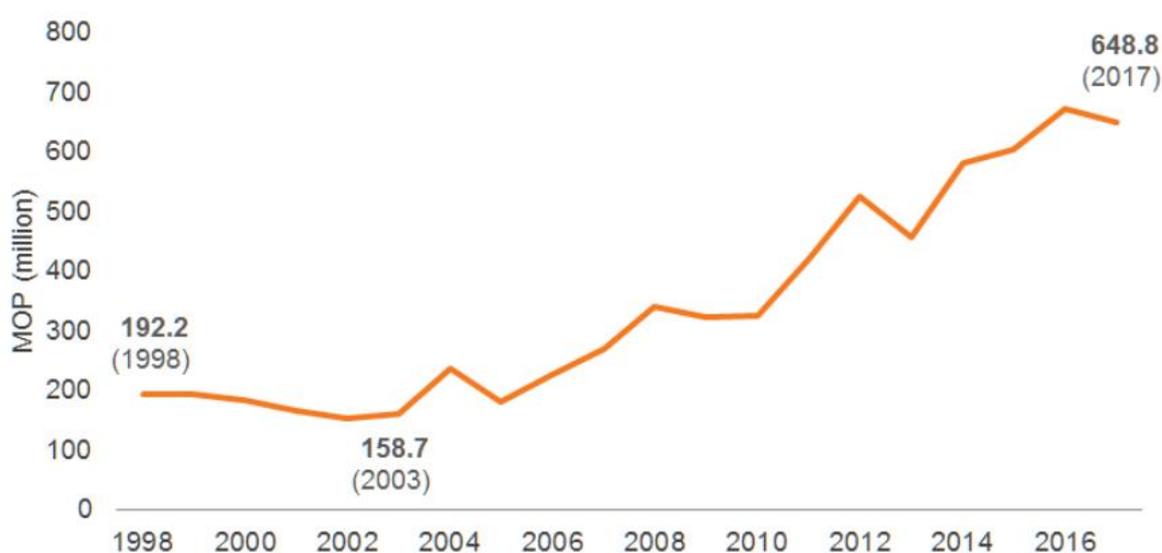
4.2 O IMPACTO DE MACAU NAS RELAÇÕES CHINA-ANGOLA

As trocas comerciais entre Macau e os países de língua portuguesa têm como ponto de inflexão a criação do Fórum Macau em 2003. No período entre o retorno de Macau à

soberania chinesa, em 1998, e o início das operações do Fórum, as importações de Macau com os PLP sofreram uma ligeira queda, chegando ao valor de 158 milhões de patacas em 2003. Com o estabelecimento de Macau como plataforma China-PLP, esse valor aumentou em mais de 300%, atingindo o valor de 648 milhões de patacas no ano de 2017 (FUNG, 2018). Quase a totalidade destes fluxos envolve Brasil e Portugal, que correspondem juntos a quase 100% da balança comercial macauense. Em contrapartida, menos de 1% das trocas comerciais de Macau envolve Angola ou Moçambique. Desta forma, reforça-se o ponto de que o principal contributo de Macau para Angola é no aspecto político de aproximação com a China e de plataforma para os projetos que estão sendo desenvolvidos na província de Guangdong.

Embora em termos absolutos do fluxo comercial que Macau mantém com outros países ainda seja pouco expressivo, a iniciativa chinesa de incorporar a RAEM em projetos que visam à diversificação econômica também tem como objetivo demonstrar a autonomia da RAEM e o sucesso do modelo “um país, dois sistemas” para o mundo, e especialmente a Taiwan. Neste sentido, o Fórum Macau apresentou uma mudança de identidade importante para Macau. Antes tida como a “Las Vegas do Oriente”, agora os documentos oficiais e discursos priorizam o termo “plataforma”, “passando uma mensagem clara aos diplomatas e empresários de que Macau será a entrada para a China continental” (XINTONG, 2019, p.138).

Gráfico 4: Importações de Macau dos Países de Língua Portuguesa



Fonte: FUNG (2018)

No caso de Angola, a balança comercial de Macau com o país é pouco expressiva, tendo alguns anos no início da década em que não houve trocas comerciais com o país. Dessa forma, entende-se que o papel atribuído pelo PCC à Macau como plataforma está sendo bem desempenhado. Mesmo com um fluxo de importação e exportação baixo, Angola aumentou a sua presença em Macau com a criação de uma Câmara de Comércio e o estabelecimento de um Consulado.

Tabela 3: Comércio bilateral entre Macau e Angola

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Índice ¹ (2002=100)
(milhares de U.S. dólares)												
Angola												
Importação (cif)	0	0	0	0	0	0	22	29	1	-	388	-
Exportação (fob)	0	0	580	0	0	1	0	0	128	-	174	-
Saldo (fob-cif)	0	0	580	0	0	1	-22	-29	127	-	-214	-

Fonte: FORTUNATO (2015)

O setor de turismo passou a ter destaque na economia macauense após a sua reincorporação à China. O número de visitantes estrangeiros entre 2002 e 2008 aumentou 212 vezes, sendo que 97% destes veem da China, Hong Kong, Taiwan e Sudeste Asiático (GUO, 2011). A importância dada ao setor passou a ser tida como referência por outros países, especialmente os PLP que visitam periodicamente a RAEM para as Conferências Ministeriais e demais eventos no âmbito do Fórum Macau. Em entrevista ao boletim trimestral do Fórum Macau de abril de 2016, a Dra. Soia Pegado da Silva, Cônsul-Geral da República de Angola em Macau, manifestou a importância que Angola atribui ao setor e como Macau pode auxiliar na promoção das potencialidades turísticas angolanas: “Com Angola a precisar de uma grande diversificação da economia, o setor do turismo também faz parte da nossa agenda para a captação de investimentos e é sempre referido nas nossas intervenções.” (FÓRUM MACAU, 2016). Em 2015, foi assinado um protocolo de entendimento entre a Direção dos Serviços de Turismo de Macau e o Ministério da Hotelaria e Turismo de Angola, com o objetivo de intensificar a cooperação no setor entre ambas as partes, além de solicitar ao Executivo da RAEM um maior protagonismo na promoção e divulgação do turismo de Angola (FÓRUM MACAU, 2016). Neste sentido, tanto Angola quanto Macau têm como objetivo a diversificação de sua economia, e o setor de turismo pode desempenhar um papel estratégico nesta cooperação bilateral. De acordo com dados do FMI, Angola é o segundo país com a

economia menos diversificada, atrás apenas do Iraque (FMI, 2019), e muito disso se deve à especialização da economia angolana atrelada ao petróleo bruto.

O avanço das relações também é notável no aumento das missões diplomáticas angolanas em solo chinês. A partir de 2007, Angola abriu consulados em Hong Kong, Macau e em Guangzhou, além da embaixada em Pequim (CAMPOS; VINES, 2008). O consulado-geral estabelecido em Hong Kong foi fechado em 2018 como parte do plano de redimensionamento da rede diplomática angolana e de corte de gastos proposto pelo secretário para Assuntos Diplomáticos do Presidente da República de Angola, Victor Lima. É importante notar que a lista de missões consulares cujo fechamento foi sugerido também contemplava o consulado em Macau, mas o governo angolano optou pela continuidade do mesmo, indicando a prioridade que Angola atribuiu à RAEM, muito devido ao Fórum Macau (PUBLICO, 2018).

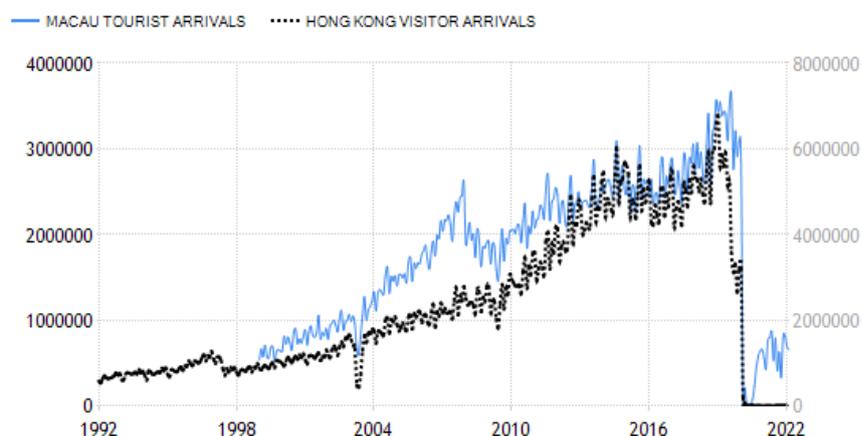
Angola também passou a participar de forma ativa da Feira Internacional de Guangzhou nos últimos anos, a maior feira multisetorial do mundo. Em 2016, a Câmara de Comércio Angola-China enviou uma comitiva formada por cerca de 300 empresários representando mais de 50 empresas em busca de parcerias e oportunidades de negócios em setores como indústria alimentar e agropecuária (JORNAL DE ANGOLA, 2016). No caso de Macau, os maiores fluxos de angolanos para a RAEM ocorrem durante os eventos celebrados pelo Fórum Macau e por celebrações tradicionais que unem os países lusófonos. Alexandre Correia da Silva, Presidente da Associação Angola-Macau estima que, no ano de 2014, a comunidade angolana em Macau era de aproximadamente 50 pessoas (XINTONG, 2019).

Somado a isso, no ano de 2017 o governo angolano estabeleceu a Câmara de Comércio de Angola em Macau, com o objetivo de fomentar o crescimento das relações comerciais entre Angola e a RAEM. O presidente da Câmara de Comércio de Angola em Macau, Carlos Lobo, manifestou a importância que o governo angolano atribuiu a região. “Há vontade em olhar para esta região do Delta do Rio das Pérolas como uma área crucial da China para o resto do mundo. E Macau tem o seu papel” (O CLARIM, 2017). A criação da Câmara de Comércio reforça o ponto defendido por Ramos (2017) sobre a existência de uma cooperação trilateral. A Câmara, assim como o Fórum Macau, é um mecanismo de promoção das relações entre China, RAEM e PLP – neste caso, Angola. O estabelecimento de ambas as iniciativas só é possível dado o enquadramento jurídico da RAEM, que possibilita o estabelecimento de acordos com países em temas específicos, como economia e comércio, de acordo com o artigo 136º da Lei Básica da RAEM (CHINA, 1993).

Carlos Lobo ainda traz a questão da indústria de jogos: “Em breve, chegaremos a 2022 (...). Temos todas as razões para acreditar que vamos entrar numa nova era” (O CLARIM, 2017, p.3). Em 2022, a licença das indústrias de jogos assinada em 2002 chega ao fim e passará por algumas mudanças. Pequim busca maior controle sobre a concessão de licenças às empresas estrangeiras que controlam os cassinos de Macau, especialmente no controle sobre as operações, e manifestou no início do ano de 2022 que possui o direito de rescindir contratos de cassinos por motivos de interesse público (MASTER, 2022). Este maior controle está atrelado a iniciativa do governo chinês de diversificar a economia macauense e reduzir sua dependência da indústria de jogos, mas também ao fato de que as empresas de cassinos em Macau são estadunidenses. Dado o contexto de embate comercial entre os dois países nos últimos anos, o movimento do governo chinês não indica o fim dos cassinos estrangeiros, mas uma maior participação de empresas chinesas, como aponta Elio Yu, professor de governança e administração pública na Universidade de Macau (RIORDAN et al., 2021). Esta mudança após 2022 pode indicar um novo mercado consumidor e importador de bens de consumo para demais países, incluindo Angola, além de novas possibilidades de acordos de cooperação.

A diversificação econômica de Macau não é um projeto apenas do Governo Central da China. O Executivo da RAEM também busca pôr fim à dependência majoritária do setor de turismo e de jogos, especialmente após o impacto da pandemia do Covid-19, na qual o país sofreu forte impacto das restrições sanitárias e de voos internacionais. Macau mantinha um crescimento constante do fluxo de turistas, de forma semelhante a Hong Kong, que foi interrompido em 2020 (TRADING ECONOMICS, 2022).

Gráfico 5: Fluxo de Turistas em Macau e Hong Kong (1992-2022)



Fonte: TRADING ECONOMICS (2022)

Além da iniciativa do PCC em transformar Macau em um *hub* financeiro regional, o desenvolvimento da RAEM e a diversificação de sua economia também são importantes para garantir a sua atuação de forma ativa na Belt and Road Initiative, como salienta Ramos (2017, p.10)

O futuro da região, enquadrada como parte ativa no projeto da OBOR, deve então passar pelo fomento da diversificação econômica para que a mesma seja cada vez mais uma plataforma de excelência de serviços para o reforço das relações de cooperação econômica e comercial sino-lusófonas.

O fato de Macau ser uma economia aberta com baixa carga fiscal pode auxiliar no processo de diversificação ao atrair empresas e investimento estrangeiro. De acordo com a Fundação Heritage, Macau ocupa a 32ª posição no ranking mundial de abertura econômica (FÓRUM MACAU, 2019). O Plano Quinquenal de Desenvolvimento de Macau 2016/2020 trazia como uma de suas metas o aumento de 6,6% em 2014 para 9,0% em 2020 da receita não relacionada à indústria do jogo (MACAU, 2019). A meta, porém, foi atingida já em 2015, demonstrando o enfoque que o Executivo da RAEM e o PCC têm dado a questão.

No planejamento estratégico chinês, a perspectiva é que Macau desempenhe um papel cada vez mais importante nos projetos localizados no Delta do Rio das Pérolas, e Angola possui especial interesse nesta região. Em visita oficial à província de Guangdong, o presidente do Conselho de Administração da ZEE Luanda-Bengo, António Herniques da Silva, reiterou a importância das ZEEs chinesas, especialmente as localizadas na província, como modelo a ser seguido por Angola: “No futuro, queremos construir uma Luanda-Bengo tão bem-sucedida como é Shenzhen” (XINHUA, 2019, p.1). Dados de 2007 mostram que Guangdong é a província chinesa que lidera o investimento estrangeiro direto (IED) em outros países (ZHIMIN; JUNBO, 2009).

O projeto da Zona da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau é uma das grandes apostas por parte de Xi Jinping e do Governo Central da China. Trata-se de uma iniciativa para a formação de “uma nova estrutura de abertura total nesta nova era, constituindo também uma nova prática para a promoção do desenvolvimento do princípio “um país, dois sistemas”.” (MACAU, 2019). De acordo com o Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016-2020),

O Governo da RAEM tem reforçado a cooperação com outras cidades da Zona da Grande Baía, participando ativamente na construção de zonas de livre comércio, tais

como Hengqin (em Zhuhai) e Nansha (em Guangzhou). Em conjunto com Zhongshan, criar-se-á uma zona de demonstração de cooperação global entre Guangdong e Macau e explorar-se-á a possibilidade, o caminho e as etapas de cooperação com Jiangmen na construção da Zona da Grande Baía (MACAU, 2019, p.5).

O Plano de Desenvolvimento para a Área da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau estipula que Macau, juntamente com Hong Kong, Shenzhen e Guangzhou, serão as quatro “cidades nucleares” e “motores do desenvolvimento regional”. Enquanto Guangzhou assumirá o papel de liderança como capital provincial, e Shenzhen será a ZEE sede das grandes empresas de inovação, o papel atribuído a Macau é de potencializador do relacionamento com os Países de Língua Portuguesa (FÓRUM MACAU, 2019). O Plano ainda prevê que Macau se desenvolva como um “centro mundial de turismo e lazer” em cooperação com Hengqin, em Zhuhai (MACAU, 2019). A integração regional também está sendo potencializada com obras de infraestrutura, sendo o grande destaque a inauguração da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau em 2018, a maior ponte sobre o mar do mundo e que, de acordo com o chefe do Executivo de Macau, Chui Sai On, “facilitará o modo como Macau irá contribuir para a Grande Área da Baía e a Belt and Road Initiative” (FÓRUM MACAU, 2018b).

A atuação de Macau no âmbito da Grande Baía se assemelha ao posicionamento do país no Fórum Macau. Espera-se que a RAEM atue como plataforma de cooperação para a Belt and Road Initiative, bem como na promoção do intercâmbio cultural e do turismo global. Além disso, a inserção de Macau em iniciativas como esta se encaixa no objetivo de médio prazo idealizado por Xi Jinping de transformar Macau em um *hub* tecnológico e diminuir a sua dependência do setor de jogos de azar. Em termos absolutos, os maiores indicativos de Macau em comparação com as demais cidades da Grande Baía são o elevado fluxo de turistas internacionais e, especialmente, no seu PIB *per capita*, que já foi o segundo maior do mundo e o dobro de Hong Kong (DSEC, 2022).

Quanto ao impacto do Fórum Macau nas relações entre China e Angola, os trabalhos de Mendes (2013) e Ramos (2017) trazem análises semelhantes. Tendo como base o fluxo comercial envolvendo os dois países, não é possível afirmar que o avanço destas trocas se deu devido a criação do Fórum Macau, uma vez que o avanço poderia também ter ocorrido por outros meios. Todavia, dado que a contribuição do Fórum é tida como subjetiva por parte de algumas autoridades chinesas, infere-se que o impacto é notável para além de termos estatísticos tradicionais. Esta ideia é defendida no trabalho de Sofia Gaspar (2009): “Ao obtermos das nossas fontes a declaração que o contributo econômico e comercial do Fórum é

subjetivo, reforça-se a ideia de que existem neste mecanismo objetivos e ganhos de outra natureza” (fonte, p.109). Como aponta Carmen Amado Mendes (2013)

Devido à ausência de dados estatísticos nesse sentido, não podemos assumir que o papel de facilitador do Fórum Macau se traduza em resultados concretos no que diz respeito ao volume das trocas comerciais ou assinatura de acordos entre a China e os países de língua portuguesa. Desde 2003, o comércio entre a China e estes países aumentou de forma explosiva, mas não podemos afirmar que isso não teria acontecido caso este mecanismo não existisse (s.a., 2012). No entanto, o Fórum Macau poderá ter tido um impacto indireto na balança comercial ao ajudar a identificar objetivos comuns num clima de confiança. Se hoje em dia, em que por todo o mundo lusófono se procura atrair investimento chinês e fechar negócios com a China, este papel de facilitador poderá parecer dispensável, há dez anos atrás esta função não era, de todo, despiciente (MENDES, 2013, p.284)

Ainda que o Fórum não possua o grau de institucionalização e de importância dado a outros fóruns, o seu papel como propulsor da economia macauense é de suma importância. Sem a existência do Fórum, a RAEM teria de despender esforços maiores para firmar parcerias e acordos com os PLP. Acordos firmados bilateralmente entre Macau e Angola sempre trazem a menção ao objetivo principal de estreitamento de laços entre Macau e os PALOPS, como no caso do Memorando de Entendimento assinado entre a Angola Cables, multinacional de telecomunicações, e a Companhia de Telecomunicações de Macau, com o propósito de vincular a área da Grande Baía à África e América via cabos submarinos e data centers (ANGOLA CABLES, 2020). Além disso, o Secretariado Permanente do Fórum também possui a atribuição de atuar na prospecção de novos mercados e acordos comerciais. Em julho de 2019, o Secretário Geral Adjunto chefiou uma delegação para visitar Angola, na qual, além do encontro com embaixadores e autoridades, também realizou visitas de prospecção ao Grupo KGK, a empresa mais influente do setor de joalheria de Angola (FÓRUM MACAU, 2019). Em 2019, joias e metais preciosos foram os principais produtos exportados por Macau, responsáveis por 20,7% do total exportado (OEC, 2022c).

Vale-se ressaltar que as trocas comerciais entre China e os PLP tem sempre acelerado no ano seguinte à realização das Conferências Ministeriais do Fórum (XINTONG, 2019), um indicativo de que os Planos de Ação impactam nas relações bilaterais estabelecidas com os países participantes. Ainda que a importância dada ao FOCAC seja maior – contando com a presença do presidente angolano e com uma oferta financeira chinesa maior –, a contribuição do Fórum Macau também se tornou, ao longo dos anos, objeto de maior atenção de Luanda, especialmente após a criação do Fundo e da incorporação de Macau aos projetos de desenvolvimento da província de Guangdong.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar o impacto da RAEM nas relações contemporâneas entre China e Angola. Com base no problema de pesquisa, formularam-se duas hipóteses. A primeira propunha que a criação do Fórum Macau em 2003 contribuiu para o objetivo político da RPC de estreitar laços diplomáticos e econômicos com Angola e transformar a RAEM em uma plataforma para os PLP. A segunda hipótese é que, dado seu protagonismo econômico e político, a China consegue delimitar o escopo dos Planos de Ação acordados nas Reuniões Ministeriais do Fórum e direcionar estes para setores estratégicos de cooperação com Angola.

A hipótese sobre o papel de plataforma desempenhado por Macau foi verificada tendo como base as menções nos Planos de Ação do Fórum Macau, no Plano de Desenvolvimento da RAEM e em pronunciamentos de líderes do PCC, do governo local de Macau e do governo de Angola. Quanto aos documentos oficiais, vale destacar que o papel de plataforma de Macau é citado no preâmbulo do primeiro Plano de Ação para a Cooperação Econômica e Comercial, em 2003, no qual os ministros presentes consideraram que o Fórum contribuiria de forma positiva para o desenvolvimento das relações entre os países participantes, e “reconheceram o papel de plataforma que Macau poderá desempenhar no aprofundamento dos laços econômicos entre a China e os Países de Língua Portuguesa (FÓRUM MACAU, 2003, p.1). Já no Plano de Ação da 4ª Conferência Ministerial em 2014, passados mais de dez anos, os ministros “reiteraram o reconhecimento da importância do papel de plataforma desempenhado de forma contínua por Macau no fomento da cooperação econômica e comercial entre os Países Participantes do Fórum de Macau” (FÓRUM MACAU, 2013, p.13).

Os pronunciamentos do PCC, do governo local de Macau e de representantes oficiais de Angola que mencionam o papel de plataforma do Fórum foram realizados durante visitas oficiais e entrevistas concedidas. Durante visita a Macau em 2019, o Presidente Xi Jinping afirmou que é possível constatar avanços significativos na iniciativa de tornar Macau uma plataforma de cooperação comercial entre a China e os PLP (FÓRUM MACAU, 2019). Na mesma ocasião, o Chefe do Executivo de Macau, Chui Sai On, apontou que o governo local tem reforçado a coordenação, planejamento e promoção do posicionamento de Macau com o objetivo de avançar o projeto “Uma Plataforma, Três Centros” – idealizado na 4ª Conferência do Fórum – e tirar pleno proveito da BRI e da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (FÓRUM MACAU, 2019). O Presidente da Câmara de Comércio de Angola em Macau, Carlos Lobo, reforçou que “o grande interesse [angolano] na RAEM tem a ver com a diversificação econômica por parte de Angola. Macau é a plataforma escolhida por Pequim

para os Países de Língua Portuguesa. Por isso, é natural que os empresários angolanos pensem em Macau” (O CLARIM, 2017).

Esses pronunciamentos indicam que o papel de Macau como plataforma não é apenas de caráter simbólico, mas sim que a RAEM está inserida como um importante ator no cenário de Cooperação Sul-Sul da China com a África lusófona. No caso de Angola, a possibilidade de cooperação com Macau, tendo como objetivo a busca por oportunidades de diversificação econômica, é um projeto recente, oriundo do êxito do Fórum Macau em atrair os PLP para o território macaense. O Secretariado Permanente estar situado em Macau atende aos objetivos tanto de Macau quanto de Angola. Pelo fato de abrigar o aparato institucional, a RAEM passou a fazer parte do planejamento estratégico dos PLP, e além do fluxo de autoridades de alto nível destes países, que participam periodicamente de reuniões e eventos no Fórum, Macau foi capaz de se inserir como parceiro comercial dos PLP, devido ao grau de autonomia que goza pelo seu *status* de Região Administrativa Especial. Para Angola, a relação mantida com o governo local de Macau é importante tanto visando à cooperação em setores estratégicos em que Macau tem um bom desempenho, como o turismo, quanto como forma de inserção estratégica na região do Delta do Rio das Pérolas, que engloba cidades com alto desenvolvimento tecnológico como Shenzhen e Guangzhou, de especial interesse para Angola.

No que tange à utilização do Fórum como ferramenta de *soft power*, a principal manifestação desta não esteve relacionada diretamente às relações sino-angolanas, mas à questão do reatamento diplomático com São Tomé e Príncipe. O país foi convidado a participar do Fórum durante a Conferência Ministerial de 2013 como membro observador, e em março de 2017, três meses após romper relações diplomáticas com Taiwan, passou a ser membro permanente do Fórum. Embora não se possa dizer que o reatamento diplomático com Pequim se deu por causa do Fórum, a inclusão do país como membro observador mesmo enquanto mantinha relações com Taipei, e a rápida inserção de São Tomé e Príncipe como membro do Fórum são indicativos de que a estratégia chinesa de utilizar o Fórum, dentre outros motivos, para isolar Taiwan diplomaticamente na África obteve êxito. Além disso, o fato de Macau abrigar o Secretariado Permanente do Fórum é indicado como um dos fatores que contribuiu para o reatamento. Como aponta Gaspar (2009)

a posição neutra de Macau entre a RPC e Taiwan, e o multilateralismo do Fórum de Macau fizeram com que São Tomé e Príncipe pudesse omitir a sua posição sobre a questão da soberania da China, participando como observador nas atividades do Fórum sem prejudicar o relacionamento com qualquer um dos lados. Muito provavelmente foi uma das razões que levou a China a insistir em colocar o

Secretariado em Macau em vez de em Pequim, apesar da contraproposta de alguns países lusófonos (Gaspar, 2009, p.95).

A hipótese sobre a delimitação do escopo dos Planos de Ação acordados nas Reuniões Ministeriais do Fórum para priorizar os interesses que a China tem em Angola, especialmente de recursos naturais, não foi comprovada. Embora os Planos de Ação tragam seções que tratam da cooperação no setor de mineração e de exploração de recursos naturais de forma sustentável, as relações que Pequim estabelece com Luanda são majoritariamente acordadas de forma bilateral, por meio da concessão de empréstimos para o financiamento de obras públicas via bancos estatais chineses de desenvolvimento. Em contrapartida, os recursos naturais de Angola, nomeadamente o petróleo bruto, são utilizados como garantia para o financiamento chinês (CORKIN, 2011). Este modelo obteve êxito durante o governo de José Eduardo dos Santos, que mantinha boa relação com Pequim. Não foram encontrados nos cinco Planos de Ação acordados até hoje evidências que apontassem para uma priorização, por parte da China, dos interesses que mantém em Angola, mas sim definições amplas de cooperação multilateral que englobam os interesses da China e de todos os PLP.

Quanto ao impacto de Macau nas relações sino-angolanas, pôde-se verificar um aumento do engajamento angolano com a RAEM nos últimos anos. Diante da política adotada por Pequim de transformar a RAEM em uma plataforma para o mundo lusófono, a atenção que o governo angolano passou a atribuir ao enclave aumentou, especialmente com os projetos de desenvolvimento local que englobam Macau. A Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau é de especial interesse para Luanda, que, desde a renúncia do presidente José Eduardo dos Santos e a chegada ao poder de João Lourenço, busca a diversificação da sua economia e a ruptura com o antigo modelo de desenvolvimento angolano que era altamente dependente dos empréstimos chineses que tinham como garantia o petróleo extraído em Angola. Um dos argumentos centrais dos trabalhos de Carmen Amado Mendes (2013) e de Sofia Fernandes Gaspar (2009) – de que não é possível presumir que as relações entre a China e o mundo lusófono não avançariam sem a existência do Fórum, ou que o avanço institucional do Fórum se traduz em resultados concretos no que tange às trocas comerciais China-PLP – segue válido. Ao passo que seus trabalhos tinham como foco o papel do Fórum Macau como plataforma para o mundo lusófono, o presente trabalho buscou averiguar se este papel de plataforma desempenhado por Macau impactou as relações da China com um PLP em específico, Angola. Neste sentido, pôde-se contribuir para o avanço dos estudos iniciados por Mendes (2013) e Gaspar (2009), ao trazer três novos elementos que ocorreram nas

relações sino-angolanas nos anos subsequentes a suas teses, e que fortalecem a ideia central de que o Fórum Macau alavancou as relações da China com os PLP.

O primeiro elemento foi o estabelecimento da Câmara de Comércio de Angola em Macau, em 2017. De acordo com Carlos Lobo, presidente da Câmara, “há vontade em olhar para esta região do Delta do Rio das Pérolas como uma área crucial da China para o resto do mundo. E Macau tem o seu papel” (O CLARIM, 2017). O segundo elemento foi a priorização do consulado-geral de Macau em detrimento do consulado de Hong Kong. Como parte do plano de redimensionamento da rede diplomática angolana e de corte de gastos proposto em 2018, o governo angolano optou pelo fechamento do consulado em Hong Kong e a continuidade do consulado estabelecido em Macau. Por fim, o terceiro elemento foi a construção da rede de transmissão e transformação de eletricidade de Soyo-Kapary, em Angola. O projeto, iniciado em 2017 e finalizado em 2020, incluiu mais de mil quilômetros de linhas de transmissão no território angolano, a maior extensão no continente africano, e foi um dos três projetos financiados pelo Fundo de Cooperação e Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, criado durante a 3ª Conferência Ministerial do Fórum (FÓRUM MACAU, 2020c).

Dado que as relações China-Angola ocorrem, em larga medida, de forma bilateral e seguindo um modelo de cooperação já estabelecido, conhecido como “Modelo Angolano” (CORKIN, 2011) é possível inferir que, sem a existência do Fórum Macau, o interesse angolano na RAEM – manifestado, especialmente, pela abertura da Câmara de Comércio de Angola em Macau, pelo aumento da frequência das visitas do embaixador de Angola na China ao Secretariado Permanente e pela prioridade dada ao consulado em Macau em detrimento do consulado em Hong Kong – seria menor. Além disso, identificou-se um maior protagonismo assumido por Macau nas relações sino-angolanas a partir de 2010, com o avanço institucional do Fórum e com a criação do Fundo de Cooperação. As relações recentes entre Macau e Angola atendem aos objetivos de política interna chinesa de diversificar a economia macauense, dependente da indústria de jogos, e desenvolver a RAEM como um *hub* financeiro nas iniciativas para a Área da Grande Baía. Da mesma forma, a possibilidade de cooperação de Angola com Macau em setores como turismo e comércio – contemplados tanto nos Planos de Ação do Fórum quanto em negociações bilaterais – é importante para o governo de João Lourenço, mesmo que isso não represente um valor expressivo no âmbito das trocas comerciais Macau-Angola. Com isso, é possível identificar um processo no qual o Fórum Macau atua como epicentro da convergência sino-lusófona e como mecanismo de cooperação trilateral (RAMOS, 2017, p. 30) entre Macau, China e Angola.

6 REFERÊNCIAS

- AFRIKA SÜD. **Luanda Leaks**. Disponível em: <https://www.afrika-sued.org/files/luanda_leaks_portugues_final_web.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.
- ALDEN, C.; ALVES, A. C. China's regional forum diplomacy in the developing world: Socialisation and the 'Sinosphere'. **Journal of Contemporary China**, v. 26, n. 103, p. 151–165, 2017.
- ALVES, A. C. Chinese Economic Statecraft: A Comparative Study of China's Oil-backed Loans in Angola and Brazil. **Journal of Current Chinese Affairs**, v. 42, n. 1, p. 99–130, 1 mar. 2013.
- ANGOLA CABLES. **Angola Cables e CTM Macau assinam memorando**. Disponível em: <<https://www.angolacables.co.ao/angola-cables-e-ctm-macau-assinam-memorando/>>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- BAIG, T.; BEG, S.; TRISTAN, S. J. Beijing Consensus and China's Rise as an Economic Power: Seeking a Viable Alternate Economic Development Model for Developing Countries. **Paradigms: A Research Journal of Commerce, Economics, and Social Sciences**, v. 12, n. 2, p. 206–212, 2018.
- BARRIOS, R. Thank Lisbon for Macao's Peacefulness. **Foreign Policy**, p. 1–5, 2019.
- BEGU, L. et al. China-Angola Investment Model. **Sustainability**, v. 10, n. 8, p. 2936, 18 ago. 2018.
- BIJIAN, Z. China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. **Foreign Affairs**, v. 84, n. 5, p. 18, 2005.
- BOAVENTURA, E. M. A Região Administrativa Especial de Macau e o legado de Portugal. **Revista de informação legislativa**, v. 35, n. 137, p. 323–334, 1998.
- BREUER, J. **Two Belts, One Road? The role of Africa in China's Belt & Road initiative**. Disponível em: <https://www.asienhaus.de/uploads/tx_news/Blickwechsel_OBOR-Afrika_Maerz2018_03.pdf>.
- BRICS POLICY CENTER. **The Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC)**. Disponível em: <<https://bricspolicycenter.org/en/forum-on-china-africa-cooperation-focac/>>. Acesso em: 3 mar. 2022.
- BRICS POLICY CENTER. **Fórum de Cooperação Econômica e Comercial China- Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau)**. Disponível em: <<https://bricspolicycenter.org/forum-para-a-cooperacao-economica-e-comercial-entre-china-e-paises-de-lingua-portuguesa-forum-de-macau/>>. Acesso em: 24 fev. 2022a.
- BRICS POLICY CENTER. **Forum for Economic and Trade Cooperation Between China and Portuguese-Speaking Countries**. Disponível em: <https://www.uc.pt/en/feuc/eea/diplomas/curso_formacao_china/docs/noticias/BRICS_policy_center-01>. Acesso em: 10 fev. 2022b.

BRICS POLICY CENTER. **Banco de Desenvolvimento da China (CDB)**. Disponível em: <<https://bricspolicycenter.org/banco-de-desenvolvimento-da-china-cdb/>>. Acesso em: 5 mar. 2022c.

CAMPOS, I.; VINES, A. **Angola and China: A Pragmatic Partnership**. London: [s.n.].
CARI. **Chinese loans to Africa**. Disponível em: <<http://www.sais-cari.org/research-chinese-loans-to-africa>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

CHAKRABARTY, M. **From War Zone to China's Poster Child, to Economic Despair: Angola's 40-Year Journey**: 1. New Delhi: [s.n.].

CHINA. **Declaração Conjunta e seus anexos I e II sobre a Questão de Macau**. Disponível em: <<https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/rar25-1987.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

CHINA. **Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China**. Disponível em: <<https://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/leibasica/index.asp>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CHINA. **Full text of Hu Jintao's report at 18th Party Congress**. Disponível em: <<https://www.mfa.gov.cn/ce/ceiq/ara/zt/sbd/t992917.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2022.

CHINA. **China's Development Brings More Opportunities for Zambia**. Disponível em: <<https://www.mfa.gov.cn/ce/cezm/eng/sgzxdthxx/t1819481.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

CHINA. **China and Egypt**. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/xybfs_663590/gjlb_663594/2813_663616/#:~:text=The Arab Republic of Egypt,countries maintained close political contact>. Acesso em: 1 abr. 2022.

CHO, Y. J. **The Banking System of the People's Republic of China**. Disponível em: <https://aric.adb.org/pdf/aem/external/financial_market/Republic_of_China/china_bnk.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CHOU, B. China-Taiwan-Portugal Relations and Macau in Cultural Revolution: a Year of Advance, Withdrawal and Isolation. **East Asia**, v. 37, n. 3, p. 1–14, 2020.

CLUB DE PARIS. **Club de Paris**. Disponível em: <<https://clubdeparis.org/>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

COPPER, J. F. **China's Foreign Aid and Investment Diplomacy, Volume III**. New York: Palgrave Macmillan US, 2016.

CORKIN, L. Uneasy allies: China's evolving relations with Angola. **Journal of Contemporary African Studies**, v. 29, n. 2, p. 169–180, abr. 2011.

CPLP. **Declaração Constitutiva**. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-3869.aspx>>. Acesso em: 5 mar. 2022.

CPLP. **Histórico - Como Surgiu?** Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-2752.aspx>>.

Acesso em: 8 mar. 2022.

DAHSHAN, M. EL. **Egyptian exceptionalism in a Chinese-led world**. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/2021/02/egyptian-exceptionalism-chinese-led-world>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

DE CARVALHO, P.; KOPÍŃSKI, D.; TAYLOR, I. A Marriage of Convenience on the Rocks? Revisiting the Sino–Angolan Relationship. **Africa Spectrum**, p. 000203972110423, 22 out. 2021.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Conferência ministerial do Fórum Macau adiada para 2020**. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/conferencia-ministerial-do-forum-macau-adiada-para-2020-9994588.html>>. Acesso em: 5 mar. 2022.

DSEC. **Statistical Website of the Guandong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area**. Disponível em: <<https://www.dsec.gov.mo/BayArea/en-US/#home>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

DUGGAN, N. China’s changing role in its all-weather friendship with Africa. In: **China’s International Roles**. [s.l.] Routledge, 2015. p. 207–225.

EDMONDS, R. L. Macau and Greater China. **The China Quarterly**, v. 136, n. June 1992, p. 878–906, 1993.

EDMONDS, R. L.; YEE, H. S. Macau: From Portuguese autonomous territory to Chinese special administrative region. **China Quarterly**, n. 160, p. 801–817, 1999.

FERNANDES, M. S. Enquadramento das Relações Luso-Chinesas entre 1949 e 1966. **Administração**, v. 40, n. 2, p. 299–331, 1998.

FERNANDES, M. S. Macau nas Relações Sino-Portuguesas (1949-1979). **Administração**, v. 12, n. 46, p. 989–1002, 1999.

FERNANDES, M. S. An Alliance of Convenience: How China helped Portugal to remain in Macau during the Cultural Revolution darkest days. **Macau Closer**, p. 34–39, 2007.

FIGUEIREDO, P. G.; GAMA, J. **Lourenço’s long road**. Disponível em: <<https://www.theafricareport.com/488/angola-lourencos-long-road/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

FMI. **No Angola : First Review of the Extended Arrangement Under the Extended Fund Facility, Requests for a Waiver of Nonobservance of a Performance Criterion, and Modifications of Performance Criteria, and Financing Assurances Review-Press Release; Staff Repor**. Washington: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2019/06/19/Angola-First-Review-of-the-Extended-Arrangement-Under-the-Extended-Fund-Facility-Requests-47003>>.

FORTUNATO, A. R. F. **Comércio bilateral entre os membros do Fórum Macau de 2003 a 2013**. Lisboa: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.gee.gov.pt/en/documentos/estudos-e-seminarios/temas-economicos/2109-te-30-comercio-bilateral-entre-os-membros-do-forum->

macau-de-2003-a-2013/file>.

FÓRUM MACAU. **Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial aprovado em 2003**. Disponível em: <https://www.forumchinaplp.org.mo/wp-content/uploads/2021/09/Plano_2003.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.

FÓRUM MACAU. **Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial aprovado em 2006**. Disponível em: <https://www.forumchinaplp.org.mo/wp-content/uploads/2021/09/Plano_2006.pdf>.

FÓRUM MACAU. **Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial da 3ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2010-2013)**. Disponível em: <<https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/ministerial-conferences-4/strategic-plan-for-economic-and-trade-co-operation-of-the-3rd-ministerial-conference-of-the-forum-for-economic-and-trade-co-operation-between-china-and-portuguese-speaking-countries-2010-2013/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FÓRUM MACAU. **Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial da 4ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2014-2016)**. Disponível em: <<https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/ministerial-conferences-4/strategic-plan-for-economic-and-trade-co-operation-of-the-4th-ministerial-conference-of-the-forum-for-economic-and-trade-co-operation-between-china-and-portuguese-speaking-countries-2014-2016/>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

FÓRUM MACAU. **Boletim Trimestral - Fórum Macau (Abril 2016)**. Macau: [s.n.].

FÓRUM MACAU. **Plano de Acção da 5ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa (2017-2019)**. Disponível em: <<https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/plano-de-accao-da-5-a-conferencia-ministerial-do-forum-para-a-cooperacao-economica-e-comercial-entre-a-china-e-paises-de-lingua-portuguesa-2017-2019/>>. Acesso em: 5 mar. 2022.

FÓRUM MACAU. **2017 Annual Report**. Macau: [s.n.].

FÓRUM MACAU. **Boletim Semestral - Fórum Macau (Inverno 2018)**. Macau: [s.n.].

FÓRUM MACAU. **Boletim Semestral - Fórum Macau (Inverno 2019)**. Macau: [s.n.].

FÓRUM MACAU. **Fórum de Macau**. Disponível em: <<https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/forum-de-macau/>>.

FÓRUM MACAU. **Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.forumchinaplp.org.mo/wp-content/uploads/2020/10/20130701-info-01.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2022b.

FÓRUM MACAU. **Projecto eléctrico em Angola por empresa chinesa entregue às autoridades locais**. Disponível em: <<https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/projecto-electrico-em-angola-por-empresa-chinesa-entregue-as-autoridades-locais/>>. Acesso em: 1

mar. 2022c.

FÓRUM MACAU. **Projecto chinês aumenta produção de arroz em Moçambique.**

Disponível em: <<https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/projecto-chines-aumenta-producao-de-arroz-em-mocambique/>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

FÓRUM MACAU. **Estrutura.** Disponível em:

<<https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/estrutura/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FUNG, D. **The Development of the Macau One Platform Strategy.** Disponível em:

<<https://research.hktdc.com/en/article/NDMwNTY1MDQ0>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

GASPAR, S. L. F. **Fórum de Macau: um Novo Instrumento de Política Externa da República Popular da China?** [s.l.] Universidade de Coimbra, 2009.

GELPERN, A. et al. **How China Lends: A Rare Look into 100 Debt Contracts with Foreign Governments.** Washington: [s.n.]. Disponível em:

<<https://www.cgdev.org/sites/default/files/how-china-lends-rare-look-100-debt-contracts-foreign-governments.pdf>>.

GLOBAL TIMES. **A Friend Doesn't Cancel a Visit — Premier Zhou Enlai's Visits to 10 African Countries.** Disponível em:

<<https://www.globaltimes.cn/page/202106/1226506.shtml>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

GUO, J. Macao's Tourism Industry and its Dependence on Mainland China. **Journal of Global Business Management**, p. 5, 2011.

HESS, S.; AIDOO, R. Charting the Roots of Anti-Chinese Populism in Africa: A Comparison of Zambia and Ghana. **Journal of Asian and African Studies**, v. 49, n. 2, p. 129–147, 1 abr. 2014.

HORTA, L. Dragon in the Savanna: China's Rising Influence Over Angola. **Strategic Analysis**, v. 30, n. 2, p. 493–495, 2006.

IDE. **The Role of China's Financial Institutions.** Disponível em:

<https://www.ide.go.jp/English/Data/Africa_file/Manualreport/cia_11.html>. Acesso em: 24 mar. 2022.

IPIM. **Relações entre Macau e países de língua portuguesa.** Disponível em:

<<https://m.ipim.gov.mo/pt-pt/market-information/comunidade-de-paises-de-lingua-portuguesa/relacoes-entre-macau-e-paises-de-lingua-portuguesa/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

JAKÓBOWSKI, J. Chinese-led Regional Multilateralism in Central and Eastern Europe, Africa and Latin America: 16 + 1, FOCAC, and CCF. **Journal of Contemporary China**, v. 27, n. 113, p. 659–673, 3 set. 2018.

JORNAL DE ANGOLA. **Missão empresarial na Feira de Cantão.** Disponível em:

<<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=366779>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

JUREŃCZYK, Ł. Analysing China's "Angola Model": A Pattern for Chinese Involvement in Africa? **Strategic Review for Southern Africa**, v. 42, n. 2, 10 dez. 2020.

KURLANTZICK, J. **Charm Offensive: How China's Soft Power Is Transforming the World**. 1. ed. New Haven: Yale University Press, 2007.

LEANDRO, F. J. B. S. LUSOFONIA ARRISCA-SE A SER UMA HERANÇA SEM FUTURO. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 6, n. 12, 20 mar. 2017.

LIU, X. A New Understanding of "Soft Power". In: YU KEPING (Ed.). . **On China's Cultural Transformation**. 5. ed. Leiden: Brill, 2016. p. 315.

MACAU. **Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016-2020)**. Macau: [s.n.]. Disponível em: <https://www.dsaj.gov.mo/greaterbayarea/Doc/plano_attach_pt.pdf>.

MACAU HUB. **Chinese fund for Portuguese-speaking countries finances solar project in Brazil**. Disponível em: <<https://macauhub.com.mo/2017/01/26/chinese-fund-for-portuguese-speaking-countries-finances-solar-project-in-brazil/>>. Acesso em: 2 mar. 2022.

MASTER, F. **Macau's draft gaming bill outlines tighter control of casinos, junkets**. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/asia-pacific/macau-publishes-draft-gaming-law-bill-ahead-license-rebidding-2022-01-18/>>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MENDES, C. A. A China e a Cooperação Sul-Sul. **Relações Internacionais**, v. 26, p. 39–46, 2010.

MENDES, C. A. A Relevância do Fórum Macau: O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. **Nação e Defesa**, v. 5, n. 134, p. 279–296, 2013.

MIRIAM COSTA, C. O discurso chinês para os países africanos de língua portuguesa: O papel do Fórum Macau. **Relações Internacionais**, n. 65, p. 43–55, mar. 2020.

MORIYASU, K. **China-aided trans-Africa railway line likely to transform regional trade**. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Economy/China-aided-trans-Africa-railway-line-likely-to-transform-regional-trade>>. Acesso em: 5 mar. 2022.

NASCIMENTO, L. G. DO. The Beijing Consensus and the New Silk Road in Africa: Chinese investments in new disputes of hegemony. **Conjuntura Internacional**, v. 17, n. 1, p. 27–38, 2020.

NKRUMAH, K. **Record of Premier Zhou Enlai's Conversations with the President of Ghana Kwame Nkrumah**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/165410>>.

NYABIAGE, J. **Why Angola struggles to shake off its economic dependence on China**. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3155193/why-angola-struggles-shake-its-economic-dependence-china>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

NYE, J. S. Soft Power. **Foreign Policy**, n. 80, p. 153, 1990.

NYE, J. S. Get Smart: Combining Hard and Soft Power. **Foreign Affairs**, v. 88, n. 4, p. 160–163, 2009.

O CLARIM. **Carlos Lobo, Presidente da Câmara de Comércio de Angola em Macau**. Disponível em: <<https://www.oclarim.com.mo/entrevista/carlos-lobo-presidente-da-camara-de-comercio-de-angola-em-macau/>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

OECD. **What does Angola export?** Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/ago/all/show/2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019/>. Acesso em: 15 mar. 2022a.

OECD. **Yearly Imports - Angola**. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/ago#yearly-imports>>. Acesso em: 16 mar. 2022b.

OECD. **What does Macao export?** Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/mac?yearSelector2=importGrowthYear25>>. Acesso em: 18 mar. 2022c.

OGUNSANWO, A. **China's Policy in Africa 1958–71**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

PAL, D.; SINGH, S. V. **Multilateralism With Chinese Characteristics: Bringing in the Hub-and-Spoke**. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2020/07/multilateralism-with-chinese-characteristics-bringing-in-the-hub-and-spoke/>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

PAUTASSO, D. As relações econômicas internacionais entre China e Angola. **Meridiano 47**, n. 105, p. 27–29, 2009.

PEOPLE'S DAILY. **Angola vai ter o seu primeiro Instituto Confúcio**. Disponível em: <<http://portuguese.people.com.cn/n/2015/0209/c310888-8848066-2.html>>. Acesso em: 9 mar. 2022.

PEREIRA, A. D. Angola Coping with Multiple Crises. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 10, n. 19, p. 282–285, 2021.

PRITCHETT, A. G. The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa by Deborah Brautigam. **American Foreign Policy Interests**, v. 32, n. 3, p. 201–202, 9 jun. 2010.

PUBLICO. **Angola prevê encerrar nove embaixadas e 18 consulados, incluindo Portugal e Macau**. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/01/20/mundo/noticia/angola-preve-encerrar-nove-embaixadas-e-18-consulados-incluindo-portugal-e-macau-1800097>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

PUTNAM, R. D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 147–174, jun. 2010.

QASEM, I.; DOGEN, T. VAN; RIDDER, M. DE. **The Beijing Consensus: An alternative approach to development**. Hague: [s.n.]. Disponível em: <<https://hcss.nl/wp->

content/uploads/2011/04/WFF02_Issue_Brief_The_Beijing_Consensus02.pdf>.

QIANG, Z. China and the Geneva Conference of 1954. **The China Quarterly**, v. 129, p. 103–122, 1992.

RAMO, J. C. **The Beijing Consensus**. 1. ed. London: Foreign Policy Centre, 2004.

RAMOS, S. D. **O papel do Fórum de Macau no posicionamento geoestratégico da República Popular da China nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Relações de cooperação entre a República Popular da China e a República de Moçambique**. [s.l.] Universidade de Lisboa, 2017.

REPNIKOVA, M. **Chinese Soft Power**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

REVISTA MACAU. **Fundo China-Países de Língua Portuguesa | Cadeia de investimento**. Disponível em: <<https://www.revistamacau.com.mo/2017/12/14/fundo-china-paises-de-lingua-portuguesa-cadeia-de-investimento/>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

RIORDAN, P. et al. **Can Macau survive in Xi Jinping's China?** Disponível em: <<https://www.afr.com/world/asia/can-macau-survive-in-xi-jinping-s-china-20211201-p59dqg>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ROACH, S. S. **Sustainability with Chinese Characteristics**. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/china-demonstrating-climate-leadership-by-Stephen-S-Roach-2019-09>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

SCALAPINO, R. A. Sino-Soviet Competition in Africa. **Foreign Affairs**, v. 42, n. 4, p. 640–654, 1964.

SHARMA, S. D. Why China Survived the Asian Financial Crisis? **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 22, n. 2, p. 225–252, jun. 2002.

SHINN, D. H. China–Africa Ties in Historical Context. In: OQUBAY, A.; LIN, J. Y. (Eds.). **China-Africa and an Economic Transformation**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 61–83.

SILJA FRÖHLICH. **China's Belt and Road forum: Does Africa need new funding options?** Disponível em: <<https://www.dw.com/en/chinas-belt-and-road-forum-does-africa-need-new-funding-options/a-48502797>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

STATISTA. **Number of casinos in Macao from 2010 to 2020**. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/253763/number-of-casinos-in-macao/#:~:text=There are six licensed casino,complexes over the recent years>>. Acesso em: 2 mar. 2022.

TAYLOR, I. **China and Africa: Engagement and Compromise**. 2. ed. London: Routledge, 2007.

TIEXUN, L. On the Fundamental Characteristics of the “One Country, Two Systems” Policy. **Academic Journal of “One Country, Two Systems”**, v. 1, n. 1, p. 49–59, 2011.

- TRADING ECONOMICS. **Macau Tourist Arrivals**. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/macau/tourist-arrivals>>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- VELOSO, I. O Fórum Macau e a CPLP nas estratégias de cooperação Sul-Sul da China e do Brasil na África. **Perspectivas**, v. 45, p. 41–62, 2016.
- VINES, A. Continuity and change in Angola: insights from modern history. **International Affairs**, v. 92, n. 5, p. 1229–1237, set. 2016.
- VISENTINI, P. F.; ZIEBELL, G. As Relações Sino-Africanas: (muitos) mitos e (algumas) realidades. **Século XXI**, v. 3, n. 1, p. 25–40, 2012.
- WALLERSTEIN, I. **Africa: The Politics of Independence and Unity**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2005.
- WEEK IN CHINA. **How the PRD has developed**. Disponível em: <<https://www.weekinchina.com/chapter/our-guide-to-the-pearl-river-delta/how-the-prd-developed/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- WROUGHTON, L. **IMF finds most of Angola’s missing \$32 bln**. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/ozatp-imf-angola-20120125-idAFJJOE80O00O20120125>>. Acesso em: 23 mar. 2022.
- XI, J. **Xi Jinping felicita inauguração da escola de liderança Julius Nyerere**. Disponível em: <<http://portuguese.people.com.cn/n3/2022/0224/c309809-9962291.html>>. Acesso em: 16 mar. 2022.
- XINHUA. **“No futuro, queremos construir nossa zona econômica Luanda-Bengo tão bem sucedida como sua Shenzhen”, diz presidente da diretoria da Zona Econômica Especial Luanda-Bengo de Angola**. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2019-04/15/c_137979250.htm>. Acesso em: 1 abr. 2022.
- XINTONG, T. **As Motivações da Política de Cooperação para o Desenvolvimento da China em Angola: O Papel de Macau**. [s.l.] Universidade de Coimbra, 2019.
- YAN, X. IR Moral Realism’s Epistemology. **India Quarterly: A Journal of International Affairs**, v. 76, n. 2, p. 338–342, 15 jun. 2020.
- YEE, H. S. The Three World theory and post-Mao China’s global strategy. **International Affairs**, v. 59, n. 2, p. 239–249, 1983.
- ZHIMIN, C.; JUNBO, J. **Chinese Provinces as Foreign Policy Actors in Africa**. Johannesburg: [s.n.]. Disponível em: <https://media.africaportal.org/documents/SAIIA_Occasional_Paper_no_22.pdf>.
- ZHONGLU, Z. Indústria do jogo de Macau: Conquistas e Desafios. **Administração**, v. 27, n. 105, p. 539–555, 2014.
- ZHOU, E. **Main Speech by Premier Zhou Enlai, Head of the Delegation of the People’s Republic of China, Distributed at the Plenary Session of the Asian-African Conference**.

[s.l: s.n.]. Disponível em:

<<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/121623.pdf?v=e1cd06384e2e67bdff11f809ead78849>>.

王义桅. 论软实力悖论及其中国超越. Disponível em:

<http://www.rmhb.com.cn/zt/ydy1/201703/t20170320_800091719.html>. Acesso em: 15 mar. 2022.

